Diário Oficial do
Município

Prefeitura Municipal de Macaúbas

terça-feira, 23 de junho de 2015 Ano II - Edição nº 00284 | Caderno 1

Prefeitura Municipal de Macaúbas publica

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

SUMÁRIO

- Lei nº 611/2015.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Lei

Prefeitura Municipal de Macaúbas
Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1° Andar - CEP: 46.500-000
Macaúbas - Bahia - Fone: (77) 3473-1461 - Fax: (77) 3473-1462
CNPJ: 13.782.461/0001-05

LEI N° 611/2015 DE 19 DE JUNHO DE 2015

"Aprova o Plano Municipal de Educação - PME do Município de Macaúbas, em consonância com a Lei n° 13.005/2014 que trata do Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências".

O PREFEITO MUNICIPAL DE MACAÚBAS, ESTADO DA BAHIA, no uso de suas atribuições legais e de acordo com o Art. 83 inciso III da Lei Orgânica do Município.

Faz saber que a Câmara Municipal de Macaúbas aprova, e eu sanciono a seguinte Lei;

Art.1° - É aprovado o Plano Municipal de Educação - PME, com duração de 10 (dez) anos, a contar da publicação desta Lei, na forma do Anexo, com vistas ao cumprimento do disposto no art. 214 da Constituição Federal.

Art. 2° - São diretrizes do PME:

I - erradicação do analfabetismo;

II - universalização do atendimento escolar;

III - superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV - melhoria da qualidade do ensino;

V - formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI - promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII - promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;

VIII - estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade a partir da ampliação da arrecadação tributária do município;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Prefeitura Municipal de Macaúbas
Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1° Andar - CEP: 46.500-000
Macaúbas - Bahia - Fone: (77) 3473-1461 - Fax: (77) 3473-1462
CNPJ: 13.782.461/0001-05

IX - valorização dos (as) profissionais da educação;

X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Art. 3° - As metas previstas no Anexo desta Lei deverão ser cumpridas no prazo da vigência do PME, desde que não haja prazo inferior definido para metas e estratégias específicas.

Art. 4° - O plano plurianual, as diretrizes orçamentárias e os orçamentos anuais do Município deverão ser formulados de maneira a assegurar a consignação de dotações orçamentárias compatíveis com as diretrizes, metas e estratégias do PME, a fim de viabilizar sua plena execução.

Art. 5° - O Índice de Desenvolvimento da Educação Básica - IDEB será utilizado para avaliar a qualidade do ensino a partir dos dados de rendimento escolar apurados pelo censo da educação básica, combinados com os dados relativos ao desempenho dos estudantes apurados na avaliação nacional do rendimento escolar ou outro índice que venha sucedê-lo.

Parágrafo Único - Estudos desenvolvidos e aprovados pelo MEC na construção de novos indicadores, a exemplo dos que se reportam à qualidade relativa ao corpo docente e à infraestrutura da educação básica, poderão ser incorporados ao sistema da avaliação deste plano.

Art. 6° - O Município, em articulação e integração com o Estado, a União e a sociedade civil e política, procederá à avaliação periódica de implementação do Plano Municipal de Educação de Macaúbas e sua respectiva consonância com os planos Estadual e Nacional.

§ 1° O Poder Legislativo, com a participação da sociedade civil e política, organizada e por intermédio da Comissão de Educação da Câmara de Vereadores, Conselho Municipal de Educação e Fórum Municipal de Educação, acompanharão a execução do Plano Municipal de Educação.

§ 2° A primeira avaliação do PME realizar-se-á durante o segundo ano de vigência desta Lei, cabendo à Câmara de Vereadores aprovar as medidas legais decorrentes, com vistas às correções de eventuais deficiências e distorções.

§ 3° O Conselho Municipal e o Fórum Municipal de Educação:

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Prefeitura Municipal de Macaúbas
Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1° Andar - CEP: 46.500-000
Macaúbas - Bahia - Fone: (77) 3473-1461 - Fax: (77) 3473-1462
CNPJ: 13.782.461/0001-05

I - Acompanhará a execução do PME e o cumprimento de suas metas.

II - Promoverá a conferência municipal de educação.

§ 4° A conferência municipal de educação realizar-se-á com intervalo de até 4 anos entre elas, com intenção fornecer elementos para o PNE e também refletir sobre o processo de execução do PME.

Art. 7° - Caberá ao gestor municipal a adoção das medidas governamentais necessárias para o alcance das metas previstas no PME.

Parágrafo Único. As estratégias definidas no anexo desta lei não eliminam a adoção de medidas adicionais em âmbito local ou de instrumento jurídicos que formalizem a cooperação entre os entes federados.

Art. 8° O Município elaborou o seu PME em consonância com as diretrizes, metas e estratégias, previstas no PNE, Lei n° 13.005/2014.

§ 1° O Município demarcou em seu PME estratégias que:

I - Asseguram articulação das políticas educacionais com as demais políticas sociais e culturais;

II- Consideram as necessidades específicas da população do campo assegurando a equidade educacional e a diversidade cultural;

III- Garantem o atendimento das necessidades específicas na educação especial, assegurando o sistema educacional inclusivo em todos os níveis, etapas e modalidades;

IV- Promovem a articulação intersetorial na implementação das políticas educacionais.

Art. 9° - A partir da Lei aprovada do PME, o Município deve aprovar a lei específica para instituir o seu sistema de ensino, disciplinando a gestão democrática pública no prazo de 2 anos, contando da publicação dessa lei.

Art. 10° - Os Poderes do Município deverão empenhar-se em divulgar o Plano aprovado por esta Lei, bem como *na* progressiva realização de suas metas e estratégias, *para*

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Prefeitura Municipal de Macaúbas
Rua Dr. Vital Soares, 268 - 1° Andar - CEP: 46.500-000
Macaúbas - Bahia - Fone: (77) 3473-1461 - Fax: (77) 3473-1462
CNPJ: 13.782.461/0001-05

que a sociedade o conheça amplamente e acompanhe sua implementação.

Art. 11° - Até o final do primeiro semestre do nono ano de vigência deste PME, o poder executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, sem prejuízos das prerrogativas desse poder, o projeto de lei referente ao Plano Municipal de Educação a vigorar no período subseqüente, que incluirá diagnóstico, diretrizes, metas e estratégias para o próximo decênio.

Art. 12° - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Art. 13° - Revogam-se as disposições em contrário.

Prefeitura Municipal de Macaúbas, Gabinete do Prefeito, em 19 de junho de 2015.

JOSÉ JOÃO PEREIRA
Prefeito.

ORLANDO KLEBER REGO PEREIRA
Secretário de Administração

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

PREFEITURA MUNICIPAL DE MACAÚBAS

SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

PLANO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO

MACAÚBAS – BAHIA

2015 – 2025

MACAÚBAS/BAHIA

2015

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

PREFEITO
José João Pereira

VICE-PREFEITO
Gilberto Augustinho da Silva

SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO
Liane de Oliveira

GRUPO COLABORATIVO
Liane de Oliveira – Secretária Municipal de Educação
João Carlos da Costa – Conselho Municipal de Educação
Creusa Maria de Barros Asevedo – Diretor de Escola da Rede Pública
Heronilde da Mata Pereira – Professor da Educação Básica
Neudi Conceição Batista – Sindicato de Professores
Rose Bárbara dos Santos Cardoso Azevedo – Conselho do FUNDEB
José dos Anjos Santos – Legislativo
Jonaldo Silva Souza – Educação Superior
Manuela Cristina P. Sampaio Santos – Educação Privada
Rosane Kelly Cardoso O. Bastos – Estudantes e Pais

COMISSÕES REPRESENTATIVAS
EDUCAÇÃO INFANTIL
Elaine Rosa de Almeida Ribeiro
Luciene Soares Silva Souza
Marinalva de Oliveira Macedo
Rosane Kelly Cardoso Oliveira Bastos
ENSINO FUNDAMENTAL
Antonio Oliveira Pereira Neto
Rose Bárbara dos Santos Cardoso Azevedo
ENSINO MÉDIO
Creusa Maria de Barros Asevedo
Leia Jerusa de Oliveira
EDUCAÇÃO ESPECIAL

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Cleunice Souza Oliveira Bastos
Dirce Santos Oliveira
Heronilde da Mata Pereira
Valdirene Oliveira Santos Souza
POLÍTICA DE ALFABETIZAÇÃO
Adelaide Maria da Silva
Emmanuela Cristina P. Sampaio Santos
Regina Célia do Rego Barbosa
EDUCAÇÃO EM TEMPO INTEGRAL
Fidelis dos Anjos Santos
João Carlos da Costa
Jonésia de Cássia dos Santos Cardoso
QUALIDADE DA EDUCAÇÃO BÁSICA
Cirene Aparecida dos Anjos Costa
Liane de Oliveira
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS (EJA)
Jerusa Rego Cunha
José dos Anjos Santos
Luciene da Mata Dias
EDUCAÇÃO PROFISSIONAL DE NÍVEL MÉDIO
Acidália Paula Pereira dos Santos Figueiredo
Maria do Carmo Dias Sampaio
Rose Bárbara dos Santos Cardoso Azevedo
EDUCAÇÃO SUPERIOR
Jonaldo Silva Souza
Priscila Maria Borges Gomes Silva
PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
Neudi Conceição Batista
Pedro Leite do Amaral
GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO
João Carlos da Costa
Luzinete Silva Gonçalves
RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
Antonio Oliveira Silva

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Jonaldo Silva Souza

Liane de Oliveira

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

LISTA DE FIGURAS

Figura 1. Matriz Nossa Senhora da Conceição (foto antiga e atual)
Figura 2. Mapa Geográfico do município de Macaúbas (território antigo e atual)
Figura 3. Gráfico de desempenho dos alunos do 1º ano do EF – Macaúbas/Ba
Figura 4. Quadro de Proficiência

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

LISTA DE TABELAS

Tabela 01. População do Município de Macaúbas/BA
Tabela 02. Informações sobre o Município
Tabela 03. Estabelecimentos de Saúde por tipo e localização
Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)
Tabela 05. Desenvolvimento Humano, Períodos 1991, 2000 e 2010
Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Macaúbas, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013.
Tabela 07. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente
Tabela 08. Taxa de escolarização da Educação Infantil do município. (2010)
Tabela 09. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Macaúbas, por localização (2010)
Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município X, por dependência administrativa e localização (2010/2013)
Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010
Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município X, por idade e série, Rede Municipal, (2013)
Tabela 13. Taxas de Rendimento – Rede Estadual
Tabela 14. Taxas de Rendimento – Rede Municipal
Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município X, por dependência administrativa e localização 2011/2013
Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio – Rede Municipal/ Rede Estadual
Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2013)
Tabela 18. Matrículas da Educação Especial no Município de Macaúbas em 2013.
Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino fundamental 2005/2013
Tabela 20. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município X, por dependência administrativa e localização (2011/2013)
Tabela 21. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010
Tabela 22. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Tabela 23. Funções docentes por Etapas e modalidades da Educação Básica – Rede Municipal – 2010
Tabela 24: Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013
Tabela 25. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013
Tabela 26. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013.
Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual
Tabela 28. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal
Tabela 29. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Macaúbas, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.
Tabela 30. Outras receitas com o setor educacional do município de Macaúbas, administradas pela prefeitura (2010/2012)
Tabela 31. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Macaúbas, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013).
Tabela 32. Despesas com educação do município de Macaúbas por categoria e elemento de despesa (2010/2013)
Tabela 33. Receita e apreciação dos recursos recebidos do FUNDEB no município de Macaúbas (2010/2013).
Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013(em R$)
Tabela 35. Recursos da Educação no PPA (2010/2013)

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AC – Atividade Complementar

AECOFABA – Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia

ANA – Avaliação Nacional de Alfabetização

CAE – Conselho de Alimentação Escolar

CEE/BA – Conselho Estadual de Educação/Bahia

CEUMAC – Casa dos Estudantes Universitários de Macaúbas

CEUSMA – Casa dos Estudantes Universitários e Secundaristas de Macaúbas

CNE – Conselho Nacional de Educação

CRAS – Centro de Referência de Assistência Social

CREAS – Centro de Referência Especializado de Assistência Social

EAD – Educação a Distância

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

EFA – Escola Família Agrícola

EJA – Educação de Jovens e Adultos

EMITEC – Ensino Médio com Intermediação Tecnológica

ENEM – Exame Nacional do Ensino Médio

FNDE – Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação

FUNDEB – Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação

GC – Grupo Colaborativo

IDEB – Índice de Desenvolvimento da Educação Básica

IDHM – Índice de Desenvolvimento Humano Municipal

LDB – Lei de Diretrizes e Bases

MEC – Ministério da Educação

NEE – Necessidades Educacionais Especiais

PAR – Programa de Ações Articuladas

PDDE – Programa Dinheiro Direto na Escola

PDE – Plano de Desenvolvimento da Educação

PME – Plano Municipal de Educação

PNAIC – Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

PNE – Plano Nacional de Educação
PPA – Plano Plurianual
PROAM – Programa de Apoio aos Municípios
SAEB – Sistema Nacional de Avaliação Básica
SASE – Secretaria de Articulação com os Sistemas de Ensino
SEC/BA – Secretaria Estadual de Educação da Bahia
SIGECOM – Sistema de Gestão de Conselhos
SME – Secretaria Municipal de Educação
SUAS – Sistema Único de Assistência Social
UAB – Universidade Aberta do Brasil
UESB – Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia
UF – Unidade Federativa
UFBA – Universidade Federal da Bahia
UFOB – Universidade Federal do Oeste da Bahia
UFRB – Universidade Federal do Recôncavo da Bahia
UNEB – Universidade Estadual da Bahia
UNOPAR – Universidade do Norte do Paraná
UNDIME - União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação
UNINTER – Centro Universitário Internacional
UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

SUMÁRIO

1	**INTRODUÇÃO**	11
2	**ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO**	13
2.1	**ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO**	13
2.1.1	Caracterização do Município	13
2.1.1.1	Aspectos Históricos	13
2.1.1.2	Aspectos Geográficos	15
2.1.1.3	Aspectos Demográficos	17
2.1.1.4	Aspectos Socioeconômicos	19
2.1.1.5	Aspectos Culturais	22
2.1.1.6	Infraestrutura Material	23
2.2	**ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO**	25
2.2.1	Níveis da Educação: Educação Básica e Superior	25
2.2.1.1	Etapas da Educação Básica	25
2.2.1.2	Educação Infantil	25
2.2.1.3	Ensino Fundamental	28
2.2.1.4	Ensino Médio	36
2.3	**MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS**	39
2.3.1	Educação Especial	39
2.3.2	Política de Alfabetização	41
2.3.3	Educação em Tempo Integral	44
2.3.4	Qualidade da Educação Básica	46
2.3.5	Educação de Jovens e Adultos (EJA)	50
2.3.6	Educação Profissional de Nível Médio	53
2.4	**EDUCAÇÃO SUPERIOR**	55
2.4.1	Ensino Superior	55

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

2.5	**VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO.....**	57
2.6	**GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO.....**	61
2.7	**RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO.**	67
2.7.1	Investimento Público em Educação.....	67
3	**DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....**	72
3.1	**DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME.....**	72
3.1.1	Mobilização da Sociedade para a Elaboração do PME.....	95
3.1.2	Divulgação do PME.....	95
3.1.3	Audiência Pública.....	95
4	**ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME.....**	96
	REFERÊNCIAS.....	98

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

1 INTRODUÇÃO

A Lei 13.005, de junho de 2014, sancionou o Plano Nacional de Educação (PNE) que define as bases da política educacional brasileira para os próximos 10 (dez) anos. O artigo 8º desta lei obriga os Estados, o Distrito Federal e Municípios a elaborarem/adequarem seus Planos de Educação, em consonância com as diretrizes, metas e estratégias previstas no PNE, no prazo de 1 (um) ano. Seguindo o determinado na Lei supracitada, o município de Macaúbas apresenta este Plano Municipal de Educação, com vigência de 10 (dez) anos, 2015-2025.

A Secretaria Municipal de Educação (SME) tem a responsabilidade de coordenar a elaboração do PME, para tanto, é preciso historiar esse processo de construção, o qual iniciou com a nomeação do Grupo Colaborativo (GC), pelo prefeito municipal, através do Decreto nº 023, de 23 de fevereiro de 2015. Cumprindo essa etapa e com coleta de dados sobre o diagnóstico do município de Macaúbas, houve reuniões desse grupo para construir a Análise Situacional do Município e formar as Comissões Representativas de cada etapa e modalidade de ensino para as mesmas elaborarem a Análise Situacional da Educação. Nessas reuniões, os participantes analisaram os dados diagnosticados de cada nível, etapa e modalidade de ensino, formulando, em seguida, as diretrizes, metas e estratégias. Todo esse processo foi intercalado com a assessoria do SASE/MEC/UNDIME/SEC/BA/Proan, em reuniões com o Grupo Colaborativo, que foram dadas orientações para a metodologia utilizada no processo de elaboração.

O PME tem como objetivos principais: elevar o nível de escolaridade da população; melhorar a qualidade de ensino em todos os níveis; garantir a permanência e o sucesso do aluno; democratizar a gestão do ensino público.

As metas e estratégias para as etapas da Educação Infantil e do Ensino Fundamental (1º ao 9º ano), bem como as modalidades de ensino a elas relacionadas são de competência do município, conforme prevêem a Constituição Federal e a LDB 9.394/96, portanto, serão prioridade do governo municipal. As metas das demais etapas e níveis de ensino se efetivarão na forma de regime de colaboração entre as esferas federal e estadual. A consecução das metas e

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

estratégias propostas, depende do envolvimento de toda a sociedade, assegurando sua implantação e implementação.

O PME está organizado em quatro tópicos, subdivididos em seções, abaixo relacionadas:

1 INTRODUÇÃO
2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO
2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO
2.1.1 Caracterização do Município
2.1.1.1 Aspectos Históricos
2.1.1.2 Aspectos Geográficos
2.1.1.3 Aspectos Demográficos
2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos
2.1.1.5 Aspectos Culturais
2.1.1.6 Infraestrutura Material
2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO
2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior
2.2.1.1 Etapas da Educação Básica
2.2.1.2 Educação Infantil
2.2.1.3 Ensino Fundamental
2.2.1.4 Ensino Médio
2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS
2.3.1 Educação Especial
2.3.2 Alfabetização na Idade Certa
2.3.3 Educação em Tempo Integral
2.3.4 Qualidade da Educação Básica
2.3.5 Educação de Jovens e Adultos (EJA)
2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio
2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR
2.4.1 Ensino Superior
2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO
2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO
2.7 RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO
2.7.1 Investimento Público em Educação

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME
3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME
3.1.1 Mobilização da Sociedade para a Elaboração do PME
3.1.2 Divulgação do PME
3.1.3 Audiência Pública
4 ACOMPANHAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME
REFERÊNCIAS

O Conselho Municipal de Educação e o Fórum Municipal de Educação serão responsáveis pelo acompanhamento e avaliação do PME, propondo, sempre que necessário, alterações para atender as necessidades educacionais.

Enfim, o PME é o instrumento que direcionará as ações que visam oferecer uma educação de qualidade à população de Macaúbas.

2 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO E DA EDUCAÇÃO

2.1 ANÁLISE SITUACIONAL DO MUNICÍPIO

Faz-se necessário, neste momento, explanar algumas características do município de Macaúbas com o intuito de conhecer a sua realidade por meio de dados relacionados a aspectos relevantes, com base em informações no Censo Populacional, nos indicadores demográficos e de secretarias e órgãos municipais.

2.1.1 CARACTERIZAÇÃO DO MUNICÍPIO

2.1.1.1 Aspectos históricos

De acordo com alguns historiadores, o território que hoje pertence ao município de Macaúbas era, primitivamente, habitado por índios tuxás, procedentes de regiões ribeirinhas do Rio São Francisco, de acordo com alguns historiadores. Porém, segundo o Professor Ático Vilas-Boas da Mota, foram índios pertencentes ao grupo dos tupinaés (ramo dos tupinambá) que habitaram esse lugar há centenas de anos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

O povoamento do município começou em meados do século XVII, no lugar denominado "Coité", quando ali chegaram os bandeirantes que transitavam pelo rio São Francisco em busca de ouro e diamantes. O desenvolvimento do comércio mantido por seus fundadores motivou a extensão do povoado até a localidade conhecida por Estiva. Já havia, nesse tempo, no arraial do Coité, uma capela erguida em louvor a Nossa Senhora da Conceição que ficou sendo, até hoje, a padroeira da cidade. O nome de Macaúbas, segundo a tradição, originou-se do nome de uma palmeira 'macaúba' existente em abundância no local, mas praticamente extinta atualmente.

Com o desenvolvimento do município, o curato da primitiva capela passou a ser a freguesia de Nossa Senhora da Conceição de Macaúbas, promoção que se deu pela Lei provincial nº 124, de 19 de maio de 1840. A cidade cresceu em torno da Matriz de Nossa Senhora da Conceição, cuja Paróquia foi criada pela Lei 124, de 19 de maio de 1840.

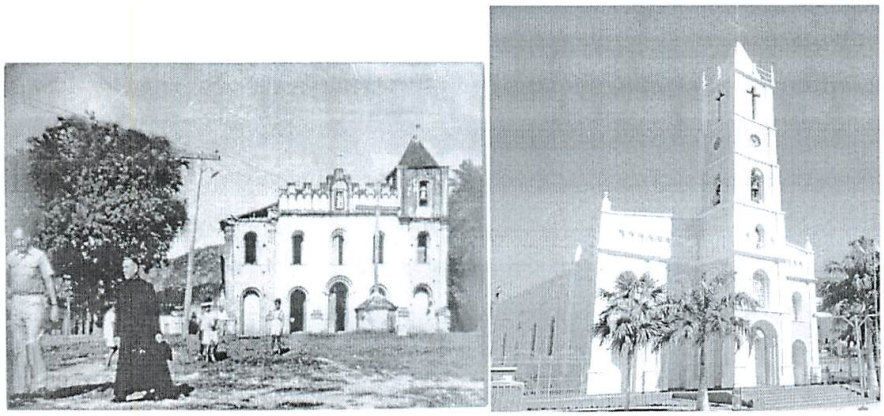

Figura 1. Matriz Nossa Senhora da Conceição (foto antiga e atual)

Essas terras pertenciam ao município de Urubu (Rio Branco, hoje, Paratinga) do qual foi desmembrado em 1832 para constituir município independente, com o topônimo de Macaúbas, por decreto estadual de 6 de julho de 1832, que também elevou a sua sede à categoria de vila. O início do seu funcionamento ocorreu a 23 de setembro de 1833. A lei estadual nº 1761, de 10 de junho de 1925, concedeu foros de cidade à sede do município, ao qual foi incorporado o território do extinto município de Bom Sucesso (atual Ibitiara). Já em 1934, pelo decreto nº 8830, foi desmembrado do município de Macaúbas o distrito de Bom Sucesso.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Na formação do povo macaubense há forte presença da miscigenação indígena com branco de origem portuguesa. “Na formação do seu povo aparece muito a ancestral indígena, capturada a “laço” ou “dente de cachorro”(...). O negro não esteve tão presente, pois o município era pobre e não teve muitos escravos.” (FIGUEIREDO E AMARAL, 1996, p 15 e 16).

O imenso município perdeu terras na década de 60, quando emanciparam Boquira, com distrito de Bucuituba (Santa Rita) e Botuporã, com os distritos de Tanque Novo e Caturama. Atualmente, perdeu cerca de 22% de suas terras para o município de Riacho de Santana, através da lei nº 12.631, sancionada pelo Governador Jaques Wagner.

Os distritos existentes no município são: Canatiba que, apesar de ter apenas 37 km de distância da sede, é de difícil acesso, pois se localiza na região serrana e suas estradas necessitam de ser reconstruídas todos os anos em consequência das chuvas; Lagoa Clara. Este se distancia da sede 50 km possuindo uma boa acessibilidade, pois conta com transportes diários duas vezes ao dia; e Santa Terezinha que dista da sede 36 Km, tendo acesso com linhas de transportes diariamente.

Macaúbas sempre foi marcada por questões políticas, características de vários municípios do sertão nordestino. Sua população, até pouco tempo vivia em função das políticas partidárias, isto porque até as aproximações entre famílias se davam por questões políticas, principalmente nos anos de eleição. O ‘coronelismo’ esteve bem presente na política e na vida das pessoas. Isso deixou marcas até os dias atuais. O vínculo empregatício mais comum hoje ainda é o funcionalismo público. Isto porque há longas datas não se investiu em nenhum ramo industrial para que o município produzisse algo para a auto-sustentabilidade.

2.1.1.2 Aspectos Geográficos

Macaúbas é um município brasileiro do estado da Bahia. Sua população estimada em 2014 era de 49.861 habitantes. Situa-se na chamada Zona Fisiográfica da Serra Geral, microrregião da Chapada Diamantina Meridional. Conhecida pela exploração

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

do mármore azul, único no País. Este município tem uma temperatura média de 21,6^0 C, possuindo uma base econômica voltada para a agricultura e pecuária de subsistência.

Na agricultura predomina o cultivo do feijão de corda o que propiciou, durante muito tempo, no município, uma economia favorável aos agricultores. Atualmente, a estiagem prolongada vem acontecendo com freqüência de forma que o agricultor não consegue ter uma boa safra por conta da falta de chuva, desestabilizando esse setor e dando novos rumos a economia.

A pecuária bovina ganhou espaço a partir do momento em que os pequenos proprietários de terra trocaram uma boa parte do cultivo do feijão por pastos. Porém, ainda continua pequeno o processo de oferta e demanda nessa área dentro do município, visto que esta demanda se baseia numa porcentagem maior para a criação, esbarrando também na falta de chuva, pois como já é sabido, a criação de gados exige muita água. O abate, em pequena porcentagem, fica a cargo de poucos açougueiros que vendem seu produto nos açougues e em feiras livres do município e das cidades circunvizinhas.

Essas culturas estão intimamente ligadas ao clima predominante neste município que é, basicamente, o mesmo do sertão nordestino, semi-árido com duas estações distintas: “secas” e “águas”. A primeira é mais prolongada em que a taxa de precipitação pode cair a níveis baixíssimos. As longas estiagens favorecem a vegetação da caatinga. A segunda, acontece cada vez mais em tempos incertos e curtos, o que não possibilita ao agricultor planejar o cultivo.

As vias de acesso ao município são as Rodovias BA – 156, BR -116, BR – 242 e BR – 324, estando estas em condições razoáveis de conservação, com a distância média de 680 km da capital. O município cobre uma área de 3.039 km^2. Faz limites, ao Norte, com os municípios de Boquira, Paratinga e Ibipitanga, ao Sul com Botuporã, Tanque Novo, Igaporã, ao Leste com Rio do Pires e a Oeste com Riacho de Santana. O município está totalmente localizado no Polígono da Seca. A sede do município tem a sua posição indicada pelas seguintes coordenadas geográficas: 13^0 01’ 17’ de latitude sul e 42^0 41’41 de longitude Oeste. Distância em linha reta da Capital do Estado – Salvador – 433 km. A altitude da sede do município é de 690 metros.

16

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Sancionada pelo governador da Bahia, no dia 07 de janeiro de 2013, a Lei nº 12.631 – que atualiza os limites dos municípios da Bacia do Vale do Paramirim – Macaúbas perdeu 22% do seu território para o município de Riacho de Santana. Antes, já havia perdido uma pequena parte do seu território para o município de Botuporã. As regiões que foram transferidas para outro município ficam distante da sede e sabe-se que era pouco beneficiada com as políticas públicas vigentes no município, sendo esse um dos principais motivos da perda. Apesar de que não houve nenhuma consulta à população e nem estudo de viabilidade municipal para que essas atualizações territoriais fossem feitas, como determina a Constituição Federal de 1988. O mapa de Macaúbas, após essas perdas, modificou consideravelmente seu formato.

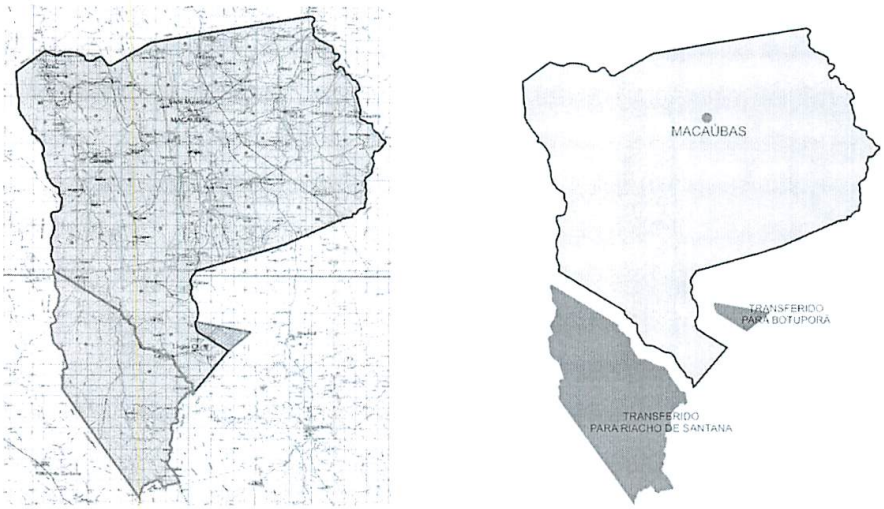

Figura 2. Mapa Geográfico do município de Macaúbas (território antigo e atual)

2.1.1.3 Aspectos Demográficos

A população de Macaúbas, de acordo com os últimos dados censitários, é de aproximadamente, 47.051 habitantes, o que não faz dele um município populoso, com a densidade demográfica de 15,48 habitantes por km^2, característica marcante em regiões interioranas do nordeste brasileiro.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Tabela 01. População do Município de Macaúbas/BA

Anos	Total da População	Total de homens	Total de mulheres	Total da população urbana	Total da população rural
2000	41.330 100,00%	20.595 49,83%	20.735 50,17%	11.681 28,26%	29.649 71,74%
2010	47.051 100,00%	23.541 50,03%	23.510 49,97%	15.411 32,75%	31.640 67,25%

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em:
< http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/macaubas_ba> Acesso em: 04 de março de 2015.

De acordo com a tabela 01, a população do nosso Município aumentou nos últimos dez anos, ultrapassando 47.000 habitantes, com a maioria ainda concentrada no meio rural, apesar da taxa de urbanização ter crescido 4,49%. Com base na mesma fonte nota-se uma diferença mínima entre o quantitativo de homens e mulheres.

Tabela 02. Informações sobre o Município

População(1) (Localização / Faixa Etária)	Ano	0 a 3 anos	4 a 5 anos	6 a 14 anos	15 a 17 anos	18 a 24 anos	25 a 34 anos	35 anos ou mais	Total
URBANA	2000	847	399	2311	889	1533	1737	3965	11681
	2007	918	519	2433	917	2212	2371	5239	14609
	2010	858	460	2413	973	2172	2660	5875	15411
RURAL	2000	2582	1210	6598	2255	4204	3716	9561	30126
	2007	2015	1202	5995	2059	4321	4453	11162	31207
	2010	1704	1079	5666	2044	4281	4913	11953	31640
TOTAL	2000	3429	1609	8909	3144	5737	5453	13526	41807
	2007	2933	1721	8428	2976	6533	6824	16401	45816
	2010	2562	1539	8079	3017	6453	7573	17828	47051

PIB (2)	IDH (3)	IDI (4)	Taxa de analfabetismo (5)	
			População de 10 a 15 anos	População de 15 anos ou mais
124.724	0.63	0,49	14.30	35.20

Fonte: Disponível em: < http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801> Acesso em: 05 de março de 2015.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Em relação à tabela 02, mostra que diminuiu o número de crianças, gradativamente de 2000 a 2010, entre as idades de 0 a 3, 4 a 5 e acima de 15 anos, na sede do município e também na zona rural.

Essa diminuição deve-se ao fato da maioria das famílias terem mais controle de natalidade, às vezes por questões econômicas e sociais nos dias atuais, e também mais informações sobre os programas de saúde do Governo Federal. A população macaubense, conforme os dados acima, está ficando mais velha, ou seja, ao tempo em que a taxa de natalidade diminui, o número de pessoas com mais de 35 anos aumenta, o que requer mais atenção por parte dos poderes governamentais em relação ao atendimento a essa faixa etária no que diz respeito às necessidades básicas para uma vida digna – saúde, educação, moradia, trabalho. Com relação a faixa etária de 6 a 14 anos, também necessita de cuidados, pois no que concerne a educação, essa possui uma grande demanda para o ensino fundamental, etapa de total responsabilidade do município.

Como podemos observar na tabela que segue, hoje o município de Macaúbas dispõe de 11 Postos de Saúde da Família (sendo 04 na sede e 7 na zona rural), 1 Centro de Saúde – sede e 01 Hospital Regional. Infelizmente, esse quantitativo não supre as necessidades básicas do município com relação à saúde, provocando muitas vezes filas enormes para conseguir atendimento. Nas situações mais graves há a necessidade da população se deslocar do município para outros centros urbanos com aparatos para atendimento, tudo isso com recurso particular.

Tabela 03. Estabelecimentos de Saúde por tipo e localização

Localização	Total	Números de estabelecimentos de saúde					
		Posto de saúde	Centro de saúde	Unidade mista	Pronto socorro	Hospital	Outros
Urbana	06	04	01	-	-	01	-
Rural	11	07	04	-	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde (2014)

2.1.1.4 Aspectos Socioeconômicos

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Para facilitar a compreensão, cabe aqui definir algumas nomenclaturas relacionadas aos indicadores que veremos nas tabelas a seguir. O índice de Desenvolvimento Humano é uma medida resumida do progresso a longo prazo em três dimensões básicas do desenvolvimento humano renda educação e saúde. O objetivo da criação do IDH foi o de oferecer um contraponto a outro indicador muito utilizado o Produto Interno Bruto (PIB) per capita que considera apenas a dimensão econômica do desenvolvimento, o IDH pretende ser uma medida geral e sintética que, apesar de ampliar a perspectiva sobre o desenvolvimento humano, não abrange nem esgota todos os aspectos de desenvolvimento.

Renda Per capita é o nome de um indicador que auxilia o conhecimento sobre o grau de desenvolvimento de um país e consiste na divisão do coeficiente da renda nacional (produto nacional bruto subtraído dos gastos de depreciação do capital e os impostos indiretos) pela sua população. Por vezes o coeficiente denominado Produto interno bruto é usado.

O Índice de Gini é um instrumento usado par medir o grau de concentração de renda. Ele aponta a diferença entre rendimentos dos mais pobres e dos mais ricos. Numericamente, varia de 0 a 1, sendo que 0 representa a situação de total igualdade, ou seja, todos têm a mesma renda, e o valor 1 significa completa desigualdade de renda, ou seja, se uma só pessoa detém toda a renda do lugar.

IDHM – O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal é uma medida composta de indicadores de três dimensões de desenvolvimento humano: longevidade, educação e renda.

Tabela 04. Dados sobre Índice de Desenvolvimento Humano (IDH)

	Indicadores de Renda e Pobreza (taxas)		
Indicador	**1991**	**2000**	**2010**
IDH – municipal	0,271	0,432	0,609
Renda per capita (em R$)	95,99	157,83	255,36
Proporção de pobres (%)	84,37	67,51	44,17
Índice de Gini	0,59	0,64	0,55

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/macaubas_ba >Acesso em: 05 de março de 2015.

O Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) – Macaúbas é 0,609, em 2010, o que situa esse município na faixa de Desenvolvimento Humano Médio (

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

IDHM entre 0,600 e 0,699). A dimensão que mais contribui para o IDHM do município é Longevidade, com Índice de 0,791, seguida de Renda, com índice de 0,557, e de Educação, com índice de 0,513.

O IDHM passou de 0,432 e 2000 para 0,609 em 2010 – uma taxa de crescimento de 40,97%. O hiato de desenvolvimento humano, ou seja, a distância entre o IDHM do município e o limite máximo do índice, que é 1, foi reduzido em 68,84% entre 2000 e 2010. Nesse período, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,269), seguida por Longevidade e por Renda.

De 1991 a 2010, o IDHM do município passou de 0,271, em 1991, para 0,609, em 2010, enquanto o IDHM da Unidade Federativa (UF) passou de 0,493 para 0,727. Isso implica em uma taxa de crescimento de 124,72% para o município e 47% para a UF; e em uma taxa de redução do hiato de desenvolvimento humano de 53,64% para o município e 53,85% para a UF. No município, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,432), seguida por Longevidade e por Renda. Na UF, por sua vez, a dimensão cujo índice mais cresceu em termos absolutos foi Educação (com crescimento de 0,358), seguida por Longevidade e por Renda.

Entre 2000 e 2010, a população de Macaúbas cresceu a uma taxa média anual de 1,30%, enquanto no Brasil foi de 1,01%, no mesmo período. Nesta década, a taxa de urbanização do município passou de 28,26% para 32,75%. Em 2010 viviam, no município, 47,051 pessoas.

Entre 2000 e 2010, a razão de dependência no município passou de 69,04% para 53,49% e a taxa de envelhecimento, de 7,50% para 8,96%. Em 1991, esses dois indicadores eram, respectivamente, 85,30% e 6,65%. Já na UF, a razão de dependência passou de 65,43% em 1991, para 54,94% em 2000 e 45,92% em 2010; enquanto a taxa de envelhecimento passou de 4,83%, para 5,83% e para 7,36%, respectivamente.

A renda per capita média de Macaúbas cresceu 166,03% nas últimas duas décadas, passando de R$ 95,99, em 1991, para R$ 157,83, em 2000, e para R$255,36, em 2010. Isso equivale a uma taxa média anual de crescimento nesse período de 5,28%. A taxa média anual de crescimento foi de 5,68%, entre 1991 e 2000, e 4,93%, entre 2000 e 2010. A proporção de pessoas pobres, ou seja, com renda

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

domiciliar per capita inferior a R$ 140,00 (a preços de agosto de 2010), passou de 84,37%, em 1991,para 67,51%, em 2000, e para 44,17%, em 2010. A evolução da desigualdade de renda nesses dois períodos pode ser descrita através do Índice de Gini, que passou de 0,59, em 1991, para 0,64, em 2000, e para 0,55 em 2010.

Tabela 05. Desenvolvimento Humano, Períodos 1991, 2000 e 2010

Indicadores	Índices		
	1991	2000	2010
Índice de Desenvolvimento Humano Municipal	0,271	0,432	0,609
Educação	0,081	0,244	0,513
Longevidade	0,614	0,690	0,791
Renda	0,399	0,479	0,557

Fonte: Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil. Disponível em: <http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/macaubas_ba >Acesso em: 05 de março de 2015.

2.1.1.5 Aspectos Culturais

Macaúbas é um município que preserva muitas tradições. São muitas as datas comemorativas festejadas pelos macaubenses, na sua maioria manifestação religiosas, tendo predominância o catolicismo. No dia 1º de janeiro os fieis vão em procissão até a Capela do Senhor do Bonfim, ponto mais alto da cidade, onde é celebrada a 1ª missa do ano, a semana santa é outro evento que atrai fieis de todo o município, e que ainda se conserva muitos costumes nas celebrações. Além dessas, a manifestação religiosa mais importante é a festa da padroeira, Nossa Senhora da Conceição, comemorada no dia 08 de dezembro, iniciando sua preparação no dia 29 de novembro com a novena seguida de leilão. Na véspera da festa, no dia 07, após as celebrações, há uma tradicional bênção de carros enfrente à matriz. No dia 08, após a missa da festa, acontece um tradicional leilão de bezerros, os quis são doados pela comunidade e ao final do dia acontece procissão em homenagem à padroeira e a escolha da comissão do ano seguinte.

O município tem em suas comemorações de São João uma das melhores épocas para o turismo, aonde milhares de pessoas chegam à cidade para curtir uma das melhores festas juninas do interior baiano, com diversas atrações, forró pé de serra, quadrilhas escolares, que são apresentadas na praça matriz, atraindo muitos admiradores, durante a noite acontecem apresentação de diversos artistas regionais

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

e também artistas renomados. Há também em todo o município, a tradicional queima de fogueiras, e algumas comunidades realizam festa com o tradicional forró pé de serra.

Além da festa aberta ao público na Praça Imaculada Conceição, destacam-se também as festas privadas nas casas de eventos, como a Princy, o Barretão e o Clube Social e Recreativo de Macaúbas, estas realizadas por blocos alternativo. Em todos esses eventos, as comidas e bebidas típicas juninas são prioridade e não podem faltar.

Outra tradição festiva em nosso município é a festa carnavalesca, onde muitas pessoas se fantasiam com máscaras, desfilando pelas ruas da cidade e no final do dia juntam-se na praça festejando até altas horas.

Há também, os grupos de reis que se apresenta nas comunidades, grupo de capoeira, e teatro, que sempre enriquecem a cultura com suas apresentações.

O município quase que em sua área total, realizam festejos religiosos nas comunidades rurais para seus padroeiros, através de celebrações, na sua maioria chamada novenas, estas acompanhadas com leilões, onde geralmente se encerra com uma missa festiva.

Nosso município possui ainda locais como a Serra do Carrapato, a Cachoeira do Tinguis e o Cristo Redentor grande monumento no morro da coruja, que são excelentes opções de passeios turísticos e de lazer.

2.1.1.6 Infraestrutura Material

Ao observar o espaço urbano do município de Macaúbas, de forma ampla, nota-se que não há grandes problemas relacionados à infraestrutura; isso pode ser comprovado com comentários dos visitantes que sempre elogiam a organização desta cidade. Porém, há detalhes que somente na vivência cotidiana podem ser detectados. As ruas, mais especificamente no centro da cidade, são muito estreitas, com estruturas antigas de paralelepípedos, pequenos becos ligando ruas maiores. Com este formato, o fluxo de veículos automotivos e pedestres em horários de pico, às vezes fica tumultuado. No que se refere a veículos de tração animal, sua circulação dentro da cidade tem sido muito pouca. Por ser uma cidade interiorana, a

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

mobilidade urbana ainda não causa grandes transtornos a exemplo de congestionamentos, mas detecta-se que esta não comportaria o aumento no fluxo de automóveis.

Há também o problema de calçadas estreitas e que apresentam obstáculos em alguns pontos como buracos, falta de pavimentação, postes, placas, etc. Se formos considerar a mobilidade de pessoas com necessidades especiais a exemplo de cadeirantes, cegos com guias, essa estrutura compromete o acesso dos mesmos. Somente os espaços públicos construídos mais recentemente seguem normas de acessibilidade, como é o caso da Praça da Mariz e outras praças espalhadas pela cidade, Bancos, escolas, clínicas e alguns pontos de comércio.

A energia elétrica é acessível à grande maioria da população, inclusive nos bairros recém formados. Assim como em toda a Bahia, este município é abastecido pela usina hidrelétrica de Sobradinho, situada em Sobradinho e Casa Nova, cidades baianas. São poucos os momentos em que há queda na rede elétrica. Isso pode ocorrer em tempos chuvosos ou quando há problemas técnicos. Pode-se considerar que a população macaubense, incluindo aqui também a maioria dos espaços rurais, está bem amparada no que se refere à energia elétrica. O Programa Luz para Todos do Governo Federal possibilitou o aumento desse serviço.

No que tange a comunicação, rádios locais foram, por um bom tempo, a forma mais eficaz para a comunicação entre a população, atingindo muitas áreas rurais distantes da sede. Atualmente, existem duas emissoras de rádio regularizadas: a comercial Macaúbas FM e a comunitária Tropicália FM. Macaúbas não possui nenhuma empresa geradora de TV local. A emissora mais próxima fica a 338 km, em Vitória da Conquista.

A telefonia móvel, ultimamente, está sendo o meio mais utilizado para comunicação tanto municipal quanto intermunicipal. Há duas empresas que oferecem esse serviço à população: a Vivo e a Claro. Com o advento da internet, por meio de blogs, sites, e-mails, passou a ser outro meio de informação e comunicação alternativo da população.

Enfim, houve um grande avanço na última década no que se refere a comunicação no município, de uma certa forma acompanhando os avanços do Brasil e do mundo.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

2.2 ANÁLISE SITUACIONAL DA EDUCAÇÃO

2.2.1 Níveis da Educação: Educação Básica e Superior

Esta seção fundamenta as discussões discorridas no que tange aos níveis, etapas e modalidades de ensino. Para tanto, é preciso focar na realidade educacional, traçada através de dados apresentados em tabelas e gráficos comentados.

2.2.1.1 Etapas da Educação Básica

2.2.1.2 Educação Infantil

A Educação Infantil no Brasil registrou muitos avanços, nas últimas décadas, motivada pela Constituição Federal de 1988 e pela lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional de 1996, ao definiram a Educação Infantil como primeira etapa da Educação Básica. Essa ampliação do direito à educação a todas as crianças de zero a cinco anos representa uma conquista importante para a sociedade brasileira, pois além do acesso à educação tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança em seus aspectos físico, psicológico, intelectual e social, complementando a ação da família e da comunidade.

A partir de 2016, todas as crianças deverão ser matriculadas na educação básica a partir dos quatro anos de idade. É o que determina a Lei 12.796/13. Essa lei também ajusta a LDB, tornando obrigatória a oferta gratuita de educação básica a partir desta mesma idade.

Para atender a essa obrigatoriedade de pais e responsáveis, as redes estaduais e municipais de ensino deverão se adequar, dentro do mesmo prazo, para acolher alunos de quatro a dezessete anos. O fornecimento de transporte, alimentação e material didático também será estendido a todas as etapas da educação básica.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Tabela 06. Evolução da matrícula da Educação Infantil no município de Macaúbas, por dependência administrativa e localização, período 2010 a 2013.

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	506	1 167	-	-	116	-	1 789
2011	444	992	-	-	125	-	1 561
2012	460	907	-	-	140	-	1 507
2013	458	916	-	-	158	-	1 532

Fonte: Disponível em: portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-matricula. Acesso 15 de abril de 2015.

Nesse sentido, o município vem ampliando a oferta de vagas para essa faixa-etária, apesar do número de matrícula ter diminuindo, o que pode ser observado na tabela 06. Isso se deve à taxa de natalidade que vem decrescendo nos últimos anos no município (tabela 07), refletindo no número de alunos matriculados na rede municipal em toda a Educação Básica. Existem também algumas ações em prática destinadas à melhoria de atendimento a esse segmento como: professores com formação mínima exigida pela lei – alguns com nível superior completo e outros em formação e no mínimo com formação em magistério -; mobiliário adequado em alguns colégios; classes compostas de 15 a 25 alunos por turma; incentivo à matrícula por meio da propagação nas comunidades. Assim, temos hoje, no município, grande parte das crianças em idade de pré-escola – 4 e 5 anos – matriculada.

Tabela 07. Frequência por ano de nascimento, segundo o Município Residente

Nascidos Vivos – Bahia		
	Período	
Município residente	2012	2013
Total	N.I.[1]	N.I.

Fonte: Secretaria Municipal de Saúde, 2014.

Apesar desses avanços, tanto nas matrículas quanto no atendimento à Educação Infantil, temos ainda um longo caminho a seguir para atendermos esse segmento nos padrões mínimos exigidos por lei como: creches para crianças de 0 a 3 anos nas comunidades rurais; estrutura física adequada em todas as escolas; recursos materiais pedagógicos e formação continuada para professores desse segmento;

[1] Não Informado.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

coordenador pedagógico para acompanhamento e orientações nas creches e pré-escolas; isto porque a realidade ainda não condiz com a demanda existente.

Houve um acréscimo na matrícula na rede particular de ensino, mas não de maneira expressiva que nos dê alguma forma de interpretação contrária ao que vem sendo formulado.

Tabela 08. Taxa de escolarização da Educação Infantil do município. (2010)

Segmentos	População(A)	Matrícula(B)	Não Matriculados	Taxa (C)%
Creche (0 a 3 anos)	2 605	474	2 131	18,19
Pré-Escola (4 a 5 anos)	1 582	1 401	181	88,55
Total (0 a 5 anos)	4 187	1 875	2 312	44,78

Fonte: disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/macaubas_ba. Acesso 15 em abril de 2015.

A demanda para a Educação Infantil nas escolas públicas municipais representa uma porcentagem significativa, nos anos que sucedem a construção dos primeiros espaços para atender à criança de quatro a seis, antes da lei do ensino de nove anos, despertou o interesse da comunidade escolar para levar seus filhos para escola.

Tabela 09. Taxa de escolarização da Educação Infantil do Município de Macaúbas, por localização (2010)

Localização	População de 0 a 5 anos(A)	Matrícula (B)	Escolarização %
URBANO	1 318	531	40,28
RURAL	2 783	1 175	42,22

Fonte: disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/perfil_m/macaubas_ba. Acesso 15 em abril de 2015.

Observa-se que a fase mais crítica da Educação Infantil, que é a de 0 a 3 anos de idade, referente à creche escolar, é a que deve ser atendida com maior urgência, neste município. Apesar de já termos uma creche em funcionamento e outra na iminência de funcionar para atender essa faixa etária, ainda não há, em todo o

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

município, a oferta de vagas para a demanda da clientela, nos padrões mínimos exigidos por lei para esta etapa escolar, principalmente nas escolas do campo.

A proposta curricular para a Educação Infantil, no município está fundamentada pelas Diretrizes Curriculares Nacionais, resolução nº 05, de 17 de dezembro de 2009, tem como eixos norteadores interações e brincadeiras promovendo com isso o desenvolvimento integral da criança.

No que se refere ao assessoramento pedagógico, houve uma formação continuada de professores para o trabalho pedagógico baseada nas novas resoluções e bases legais do Proinfância, mas não há um acompanhamento sistemático com os profissionais da Educação Infantil, portanto faz-se urgente implantar um sistema de assistência pedagógica para esses profissionais.

2.2.1.3 Ensino Fundamental

Seguindo as alterações da LDB 9.394/96 pela Lei n° 11.274/2006, o Ensino Fundamental de nove anos foi implantado neste município a partir de 2008, obedecendo a idade mínima 6 (seis) anos para o ingresso do aluno, após cumprir as exigências da Resolução do CEE/BA 060/2007. Esta implantação aconteceu após a realização de uma Assembleia Geral e da Conferência Municipal para o Ensino Fundamental de 9 anos, com a participação de diretores e professores municipais.

Consta nas Orientações Gerais para o Ensino Fundamental de Nove anos (2004) que "o objetivo de um maior número de anos de ensino obrigatório é assegurar a todas as crianças um tempo mais longo de convívio escolar, maiores oportunidades de aprender e, com isso, uma aprendizagem mais ampla." Isso porque, antecipando o acesso da criança a essa etapa de ensino, aumenta possibilidade de uma escolarização mais construtiva e de maior aprendizagem. Para tanto, deve-se ater para a necessidade de mudanças estruturais e culturais na escola como: aspectos físicos, emocionais, afetivos, cognitivo, linguísticos e sociais da criança reconhecendo-as como um ser total, completo.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Tabela 10. Evolução das matrículas do Ensino Fundamental no Município X, por dependência administrativa e localização (2010/2013)

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2010	1 711	5 103	252	0	432	0	7 498
2011	1 840	4 967	87	0	443	0	7 337
2012	1 853	4 794	35	0	450	0	7 132
2013	1 885	4 519	0	0	504	0	6 908

Fonte: Fonte: Disponível em: portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-matricula. Acesso 15 em abril de 2015.

Tabela 11. Nível Educacional da População de 06 a 14 anos, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
06 a 14 anos				52,66	90,93	97,91
11 a 14 anos	49,22	13,11	4,92			

Fonte:disponível em: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/ . Acesso 20 de abril de 2015.

Com base na tabela 10 deste documento, detectamos uma concentração de alunos no meio rural. Em 2013, dos 6.404 alunos que freqüentaram o ensino fundamental, 70% deles estão nas escolas do campo. Isso ratifica o percentual majoritário da população rural neste município, 67,25%. Com esses dados, nota-se a necessidade urgente de desenvolverem ações para o bom atendimento à educação do campo. Em 2013, o Ministério da Educação inovou no apoio a essa modalidade de ensino quando disponibilizou livros didáticos, do 1º ao 5º ano, específicos para as escolas rurais. Essa iniciativa contribuiu para que os professores tivessem condições de renovar sua prática pedagógica e possibilitar um atendimento voltado às especificidades do alunado do campo, pois a formação continuada desses profissionais não contempla a dualidade vida no campo e vida na cidade.

A educação do campo necessita, além da qualificação dos professores, a valorização da cultura e conhecimentos pré-adquiridos que implicam na necessidade de um currículo escolar baseado na vida e valores de sua população. Dessa forma, enriquecer os conhecimentos colocando em prática novas metodologias e técnicas a fim desenvolver sustentavelmente as atividades próprias do meio rural.

No município de Macaúbas, a realidade da educação do campo não é diferente entre as demais. A Secretaria de Educação do Município, com o auxilio do Ministério

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

da Educação (MEC), vem somando esforços, no sentido de conduzir de forma equitativa e qualitativa a educação do campo com o mesmo padrão da zona urbana. Para tanto, há a necessidade de formações específicas para que os docentes adquiram subsídios e conhecimentos para o tratamento desse público, salientando que essa ação ainda não foi implantada no município. Há também que se procurar adequar o currículo e as metodologias à realidade desses alunos, bem como a organização escolar própria e a forma de organizar o calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas, adequando à natureza do trabalho na zona rural.

Uma realidade desse município é que ainda há um número considerável de classes multisseriadas da educação infantil ao 5º ano do ensino fundamental nas escolas do campo. Sabe-se que as dimensões pedagógica, administrativa e financeira dessa organização de ensino ficam comprometidas, uma vez que o professor não tem a condição de atender eficazmente todos os alunos num mesmo tempo e num mesmo espaço físico. Com relação aos investimentos financeiro e administrativo para essas escolas nem sempre acontece a contento, ou até mesmo quando acontece é beneficiado o mínimo de alunos, pois com tantas escolas nos diversos povoados não há condições de atender a todas. A melhor solução para essa situação seria o investimento em um sistema de nucleação, onde os alunos das escolas menores seriam transferidos para escolas-núcleo mais próximas de sua residência, situadas também no meio rural.

O município de Macaúbas conta a Escola Família Agrícola (EFA) que há 33 anos vem desenvolvendo um trabalho comprometido com a educação dos jovens do campo; funciona o ensino fundamental II em quatro (4) anos é oferecida de forma integrada com organização curricular própria, respeitando a legislação vigente e a pedagogia da Alternância, proporcionando ao educando uma formação, integral que abrange aspectos sociais, humanitários, étnicos espirituais e ambientais.

A Escola Família Agrícola é um Projeto voltado para a polução do campo. Consolidou se porque acreditou no Homem do campo e na possibilidade de promover uma educação diferente que resgatasse os valores da terra e que tornasse o Agricultor familiar Autossustentável. Nesse sentido, sua principal

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

característica é a dimensão pedagógica, denominada pelas Escolas Famílias Agrícolas e pelos seus agentes como "Pedagogia da Alternância".

A Escola Família Agrícola é uma Instituição de ensino que funciona em parceria com a rede municipal de ensino. Conta com os Profissionais que são mantidos pelo Poder público municipal, o transporte escolar, alimentação escolar entre outras, porém por a Instituição ser de tempo integral e com sistema de internato as despesas são inúmeras principalmente no que se refere a estrutura física, alimentação, material de consumo e pedagógico. No entanto, há necessidade de incluir mais ações do poder municipal que favoreçam o bom funcionamento da instituição, reforçando o vinculo entre o município e a AEFAM (Associação da Escola Família Agropecuária de Macaúbas), pois os alunos pertencem ao quadro discente da rede municipal e muitos permanecem em suas localidades contribuindo para o desenvolvimento sustentável da mesma.

A tabela 10 também mostra a diminuição gradativa da matrícula no ensino fundamental entre os anos 2010 e 2013. Esses dados não podem ser interpretados como a falta de acesso a essa etapa de ensino. Uma das conclusões que podem ser levantadas é que nas últimas décadas tem decaído a taxa de fecundidade no município: 1991 = 4,7; 2000 = 2,8 e 2010 = 1,9. Com isso subentende que tem diminuído também o número de crianças da faixa etária que são atendidas no ensino fundamental.

Tabela 12. Matrícula do Ensino Fundamental do Município X, por idade e série[2], Rede Municipal, (2013)

Idades	1º ano	2º ano	3º ano	4º ano	5º ano	6º ano	7º ano	8º ano	9º ano	Total
6 anos	220	-	-	-	-	-	-	-	-	220
7 anos	359	203	05	-	-	-	-	-	-	567
8 anos	44	360	190	-	-	-	-	-	-	594
9 anos	03	50	412	166	05	-	01	-	-	637
10 anos	-	15	88	465	118	02	-	-	-	688
11 anos	-	02	14	154	388	84	02	-	-	644

[2] Cálculo de defasagem - Matrícula com defasagem / total da matrícula por série.

Ex.: 91/301 x 100 = 30,23

Cálculo: Matrícula Inicial – (Transferidos + evadidos) = Matrícula final

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

12 anos	-	02	11	59	184	313	122	16	04	711
13 anos	-	-	16	38	106	154	264	159	67	801
14 anos	-	-	01	13	49	95	126	187	214	685
15 anos	-	01	03	09	26	51	92	159	173	514
+ de 16 anos	-	-	01	06	14	44	64	102	129	360
Nº de alunos com defasagem	47	70	131	279	379	344	282	261	129	
% em defasagem	7,5	11,05	17,75	30,66	42,58	46,30	42,02	41,89	21,97	29,93

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Os dados estatísticos mostram que esse município tem garantido o acesso das crianças de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos no ensino fundamental, quando vemos que 96,97 das crianças de 6 anos estão na escola, porém, o grande desafio ainda é a distorção idade/série, pois são, em média, 29% dos alunos que não conseguem concluir o ensino fundamental na idade recomendada (14 anos). A reprovação e o abandono são as causas dessa distorção e o que mais chama a atenção é que, comparando os dados entre 2008 e 2010, na maioria dos anos/séries escolares, essa taxa tem aumentado ou se conservado (tabela 14). O ano mais crítico é o 6º ano, momento de transição do ensino fundamental I para o ensino fundamental II, fase em que a estrutura curricular (número de componentes curriculares) e organizacional (número de professores) difere bastante. Podemos dizer que ainda existem professores ultrapassados que acreditam que a reprovação pode melhorar ou incentivar a aprendizagem e o interesse dos alunos.

Tabela 13. Taxas de Rendimento – Rede Estadual

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série/2º ano do EF	2008	0,0	-	0,0	-	0,0	-
	2009	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2010	-	-	-	-	-	-
	2008	0,0	-	0,0	-	0,0	-

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

2ª série/3º ano do EF	**2009**	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2010	-	-	-	-	-	-
3ª série/4º ano do EF	**2008**	0,0	-	0,0	-	0,0	-
	2009	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2010	-	-	-	-	-	-
4ª série/5º ano do EF	**2008**	86,70	-	10,00	-	3,30	-
	2009	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0	0,0
	2010	-	-	-	-	-	-
5ª série/6º ano do EF	**2008**	9,45	-	3,40	-	1,70	-
	2009	63,9	0,0	18,0	0,0	18,1	0,0
	2010	-	-	-	-	-	-
6ª série/7º ano do EF	**2008**	89,6	-	4,50	-	5,9	-
	2009	66,7	0,0	24,4	0,0	8,9	0,0
	2010	48,5	-	45,6	-	5,9	-
7ª série/8º ano do EF	**2008**	90,3	-	9,7	-	0,0	-
	2009	79,4	0,0	14,0	0,0	6,6	0,0
	2010	54,0	-	39,7	-	6,7	0,0
8ª série/9º ano do EF	**2008**	79,4	-	17,6	-	3,0	-
	2009	86,1	0,0	4,3	0,0	9,6	0,0
	2010	81,9	-	12,4	-	5,7	-

Fonte: disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 15 abril de 2015.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Tabela 14. Taxas de Rendimento – Rede Municipal

SÉRIE/ANO	Ano	Taxa de Aprovação		Taxa de Reprovação		Taxa de Abandono	
		Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural
1ª série/2º ano do EF	2008	83,0	84,9	13,9	12,9	3,10	2,20
	2009	79,9	80,5	19,5	16,3	0,60	3,20
	2010	85,9	82,10	13,10	16,7	1,0	1,2
2ª série/3º ano do EF	2008	85,5	77,9	12,30	19,90	2,20	2,20
	2009	85,20	69,7	12,0	27,7	2,80	2,60
	2010	85,5	81,10	13,30	17,9	1,20	1,0
3ª série/4º ano do EF	2008	87,5	76,7	12,1	21,6	0,40	1,70
	2009	86,5	75,9	10,9	22,0	2,6	2,1
	2010	84,0	77,3	14,9	21,4	1,10	1,30
4ª série/5º ano do EF	2008	93,2	87,5	5,3	9,90	1,50	2,60
	2009	86,40	84,5	13,10	12,6	0,50	2,90
	2010	87,60	89,20	11,6	9,50	0,80	1,30
5ª série/6º ano do EF	2008	72,60	60,80	21,0	32,60	6,40	6,60
	2009	77,80	73,70	16,20	20,50	6,0	5,80
	2010	74,80	71,90	22,40	23,50	2,80	4,60
6ª série/7º ano do EF	2008	85,10	76,90	14,00	18,90	0,90	4,20
	2009	72,70	79,40	24,80	16,20	2,50	4,40
	2010	78,90	80,10	18,00	14,30	3,10	5,60
7ª série/8º ano do EF	2008	72,40	81,70	16,50	12,90	11,10	5,40
	2009	64,90	82,40	29,00	11,20	6,10	6,40
	2010	86,70	88,20	9,30	6,20	4,0	5,60
8ª série/9º	2008	94,20	91,50	3,80	3,60	2,0	4,90

34

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

ano do EF	**2009**	93,50	91,50	4,60	4,30	1,90	4,20
	2010	91,90	96,0	5,80	0,70	2,30	3,30

Fonte: disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 15 de abril de 2015.

No que tange a elaboração das propostas curriculares de ensino fundamental, a Secretaria Municipal de Educação reformulou recentemente a proposta pedagógica para o município e tem orientado as unidades escolares a reformularem seus documentos pautados nos Parâmetros Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental, Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica, nas Diretrizes Nacionais do Ensino Fundamental de Nove Anos e nos Direitos de Aprendizagem para o Ciclo da Alfabetização.

Em se tratando da educação indígena e quilombola, é pertinente ressaltar que no município de Macaúbas não existem comunidades remanescentes de quilombo oficializadas nem aldeia indígena. O que se pode observar é que essa população é miscigenada, característica comum em todo o país. Mesmo assim, não podemos negar a necessidade de respeitar e valorizar as culturas afro-brasileira e indígena, a fim de permanecer como também resgatar tradições e contribuições proporcionadas por esse povo ao longo dos tempos, de forma a enriquecer os aspectos social, político, cultural e econômico.

Para fazer cumprir a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional vigente, 9.394/96, art. 26, as escolas municipais de Macaúbas são orientadas a trabalhar transversalmente os conteúdos programáticos voltados à educação indígena e quilombola. Assim contempla a redação dada pela lei nº 11.645/08 que define: "Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, públicos e privados, torna-se obrigatório o estudo da historia e cultura afro-brasileira e indígena".

A Secretaria Municipal da Educação de Macaúbas tem desenvolvido junto com as unidades escolares, o acompanhamento e monitoramento do acesso e permanência dos alunos em sala de aula, através do Programa do Governo Federal, Bolsa Família, com parcerias de órgãos sociais como: CRAS e CREAS, Conselho Tutelar e Ministério Público.

O programa Bolsa Família teve início desde 2001, e tem por finalidade realizar levantamentos com base nas informações referentes às frequências dos alunos. As

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

informações são coletadas bimestralmente, em seguida é lançada junto ao sistema do Projeto Presença, que por sua vez, visa facilitar a permanência ou inserção do aluno em sala de aula.

O CRAS e CREAS são unidades Públicas Estatais de Proteção Social Básica do Sistema Único de Assistência Social (SUAS). Tem por objetivo prevenir a ocorrência de situações de riscos sociais através do desenvolvimento das capacidades dos atendidos e o acompanhamento especializado com crianças e jovens com risco instalado. No município de macaúbas, com o apoio dos referidos órgãos, fortalece os vínculos familiares e sociais, aumentando o acesso aos direitos da cidadania. Porém, mesmo com as ações que são desenvolvidas nesse processo, o atendimento ainda não contempla a real necessidade dos estudantes do município, na prevenção dos riscos sociais.

2.2.1.4 Ensino Médio

Na Lei de Diretrizes e Bases, 9.394/96, Art. 35 consta que "o ensino médio, etapa final da educação básica, com duração mínima de três anos, terá como finalidades:

I – a consolidação e o aprofundamento dos conhecimentos adquiridos no ensino fundamental, possibilitando o prosseguimento de estudos;

II – a preparação básica para o trabalho e a cidadania do educando, para continuar aprendendo, de modo a ser capaz de se adaptar com flexibilidade a novas condições de ocupação ou aperfeiçoamento posteriores;

III – o aprimoramento do educando como pessoa humana, incluindo a formação ética e o desenvolvimento da autonomia intelectual e do pensamento crítico;

IV – a compreensão dos fundamentos científico-tecnológicos dos processos produtivos, relacionando a teoria com a prática, no ensino de cada disciplina".

Ciente disso, não há possibilidade de o governo municipal ser alheio a esse nível de ensino, apesar de não ser da sua competência a oferta e o bom atendimento deste. Porém, sabe-se que todos os níveis estão interligados e se um não funcionar bem os outros sofrerão conseqüências. Uma ação bastante pertinente seria o município promover um programa de intercâmbio (através de seminários,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

debates, palestras) entre os professores das séries finais do Ensino Fundamental com os professores de Ensino Médio.

Tabela 15. Matrícula Inicial do Ensino Médio no Município X, por dependência administrativa e localização 2011/2013

Anos	Municipal		Estadual		Particular		Total
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	-	-	2 136	52	131	-	2 319
2012	-	-	2 139	67	133	-	2 339
2013	-	-	1 955	0	205	-	2 160

Fonte: Disponível em: portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-matricula. Acesso em 15 de abril de 2015.

Até o momento, ainda não houve indisponibilidade de vagas aos alunos egressos do ensino fundamental que procuram ingressar no ensino médio. Há, no município de Macaúbas, três unidades escolares que oferecem cursos de ensino médio, ligadas à Rede Estadual de Ensino. Dentre elas há com o Centro Territorial de Educação Profissional do Vale do Paramirim, de porte especial, que atendem alunos nos cursos técnicos profissionalizantes; o Colégio Estadual Professor José Batista da Mota, de médio porte e o Colégio Estadual Cônego Firmino Soares, de pequeno porte, que dispõem dos cursos de Formação Geral. Todas essas instituições de ensino estão localizadas na zona urbana do município.

Para ampliar o número de vagas nessa última etapa de modo a atender os alunos que moram mais distante, há seis extensões de Ensino Médio denominadas de Ensino Médio com Intermediação Tecnológica (EMITec) nas seguintes localidades: Lagoa Clara, São Joaquim, Canatiba, Barra de Cima, Açude e Santa Terezinha. O que permite o acesso à última etapa da Educação Básica daqueles alunos que não tem condições de deslocar diariamente de sua localidade nem morar na sede, bem como daqueles que abandonaram seus estudos em anos anteriores.

Tabela 16. Taxas de Rendimento do Ensino Médio – Rede Municipal/ Rede Estadual

Fase/Nível		Taxa Aprovação (%)			Taxa Reprovação(%)			Taxa Abandono(%)		
		Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
	2008	72,8	-	72,8	10,5	-	10,5	16,7	-	16,7

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

1º ano do EM	2009	74,0	81,8	155,8	10,8	0	10,8	15,2	18,2	33,4
	2010	60,9	83,3	144,2	25,8	8,3	34,1	13,3	8,4	21,7
2º ano do EM	2008	83,0	-	83,0	8,5	-	8,5	8,5	-	8,5
	2009	85,4	0	85,4	7,4	0	7,4	7,2	0	7,2
	2010	79,2	84,6	163,8	11,8	3,8	15,6	9,0	11,6	20,6
3º ano do EM	2008	95,7	-	95,7	4,3	-	4,3	0	-	-
	2009	86,2	0	86,2	6,1	0	6,1	7,7	0	7,7
	2010	91,0	-	91,0	2,9	-	2,9	6,1	-	6,1

Fonte: disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 20 de abril de 2015.

Mesmo com essas possibilidades, observa-se que apenas metade da população em idade de cursar o ensino médio (15 a 17 anos) conseguiu cursar o ensino fundamental completo, de acordo com dados disponibilizados pelo Atlas de Desenvolvimento Humano no Brasil para o ano de 2010 – 58,43% da população de 15 a 17 anos com fundamental completo. Observa-se que para aumentar esse atendimento e alcançar a meta proposta pela Emenda Constitucional nº 59/2009 que é de universalizar o atendimento da população dessa faixa etária, com 85% deles matriculados no ensino médio até 2020, muito precisa ser feito. Boa parte dos alunos que matriculam no ensino fundamental não consegue ir adiante nos estudos.

Tabela 17. Desempenho no Exame Nacional do Ensino Médio (Enem 2013)

Nível	Ano	Média da prova objetiva	Média Total (Redação e Prova Objetiva)
Rede Federal	2009	-	-
Rede Estadual	2009	452.18	547.59
Rede Municipal	2009	-	-

Fonte: Disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 27 de abril de 2015.

A cada ano escolar os números de matrícula vão caindo por conta da repetência e evasão. Essas duas problemáticas continuam no ensino médio e um dos fatores mais preponderantes é a necessidade dos jovens de inserirem no mercado de trabalho, não conseguindo conciliar com os estudos. Em geral, a oferta de trabalho

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

no município tem carga horária elevada, bem como exigência de esforço físico o que faz com que o jovem desestimule de continuar os estudos. A demanda pelo trabalho também é elevada em detrimento da oferta, fazendo com que os jovens busquem outros meios de trabalho fora do município ou até mesmo do estado.Tais problemas perpassam as possibilidades de resolução apenas dentro da escola. Há que se investir em políticas públicas sociais.

2.3 MODALIDADES E DESAFIOS EDUCACIONAIS

2.3.1 Educação Especial

A educação ao longo dos tempos tem buscado acompanhar as transformações que a contemporaneidade exige. Diante dessa perspectiva o respeito e atendimento à diversidade constituem-se em premissas básicas. Nesse contexto, a inclusão apresenta-se como necessária para que se faça cumprir a Legislação vigente, que, de acordo com a Constituição Federal em seu artigo 208 - inciso III estabelece o direito das pessoas com necessidades especiais de receberem educação preferencialmente na rede regular de ensino. Para tanto, faz-se necessário à integração plena dos alunos e alunas com necessidades educacionais especiais (NEE) às classes escolares regulares, fazendo valer, a estes, a oportunidade de usufruir dos seus direitos.

Nessa perspectiva, o panorama da educação especial em Macaúbas apresenta-se com uma crescente evolução quanto à inclusão dos alunos e alunas com deficiência mental, surdos e cegos e com necessidades educacionais especiais em classes regulares de ensino. Porém, nesse momento histórico, há o empenho de diferentes segmentos para que o processo de inclusão ocorra de maneira mais eficaz.

O diagnóstico da educação especial tem apontado que a educação dos alunos com NEE no município apresenta muitas dificuldades oriundas talvez de uma formação inicial frágil, quando não ausente, no que se refere à educação inclusiva. Nesse sentido, visualiza-se a formação continuada como uma possibilidade de minimizar essa problemática. Verifica-se a resistência e, em alguns casos, desconhecimento dos profissionais da educação sobre a política de educação inclusiva. Dificuldades dos profissionais em avaliar e identificar o educando com necessidades educativas especiais e propor uma ação pedagógica voltada para as potencialidades e não para

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

as limitações. Há pouco investimento na capacitação dos profissionais das classes regulares em relação à educação especial. Constata-se um trabalho isolado entre profissionais da educação especial e ensino regular.

Tabela 18. Matrículas da Educação Especial no Município de Macaúbas em 2013.

	Etapas da Educação Básica				Total
	Ed. Infantil	Séries iniciais do E.F.	Séries iniciais do E.F.	Ensino Médio	
Deficiência Visual	01	16	16	-	33
Deficiência Mental	02	47	22	-	71
Deficiência Física	03	07	05	-	15
Deficiência Auditiva	01	05	0	-	06
Deficiências Múltiplas	0	02	01	-	03
Altas Habilidades/Superdotação	01	02	0	-	03
Transtornos Globais do Desenvolvimento	01	41	09	-	51
Total	09	120	53	-	182

Fonte: disponível em: http://www.observatoriodopne.org.br/pne/dossie-localidades. Acesso em 20 de abril de 2015.

A educação especial em Macaúbas caminha gradativamente. O conhecimento da realidade é ainda bastante precário, pois não dispõe de estatísticas confiáveis sobre o número de pessoas com necessidades especiais, bem como o atendimento dado as pessoas com deficiência. Constata-se a necessidade de ampliar o número de profissionais técnico (psicólogo, fonoaudiólogo, assistente social, fisioterapeuta) e pedagógico (pedagogo, psicopedagogo, educador físico), para atender a demanda do Centro de atendimento Educacional Especializado do município.

Diante desses dados, nota-se que o município de Macaúbas, paulatinamente, vem fazendo cumprir as determinações e exigências legais que primam pela inclusão dos alunos com necessidade educativas especiais nas classes regulares de ensino e oferta de atendimento educacional especializado em instituições próprias no turno oposto ao da escolarização. Porém, para que o município possa, de fato, implementar um sistema educacional inclusivo, faz-se necessário adotar algumas medidas, pois a exigência veemente da sociedade não só visa à consolidação de escolas inclusivas, mas, acima de tudo, à concretização de uma educação que

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

garanta a todas as pessoas o acesso a uma escolarização que promova o atendimento à diversidade e que contemple o atendimento à vida em sua totalidade.

O Município de Macaúbas pode assumir um papel bastante significativo na expansão do atendimento às pessoas com deficiência, possibilitando-lhes não só o acesso, mas também a permanência dos mesmos no espaço escolar, e a garantia da aprendizagem. A intervenção educacional deve se dar o mais cedo possível para produzir resultados mais eficazes no desenvolvimento dos alunos. Por isso é imprescindível que a inserção dos mesmos nas escolas aconteça desde a educação infantil, inclusive com ações preventivas. Nessa direção, a formação de redes de cooperação entre os segmentos da educação, saúde, trabalho, desenvolvimento social é primordial na consecução de ações voltadas para o desenvolvimento e aprendizagem de crianças, jovens, adultos e idosos com deficiência. Tais proposições favorecerão a organização de escolas que oportunizem conviver com as diferenças, respeitando-se as potencialidades de todos os alunos e alunas.

2.3.2 Política da Alfabetização

A escola atualmente está passando pela necessidade de exercer com eficiência a função de educar, de construir uma educação de qualidade para todos os cidadãos.

Já garantida em legislação, a alfabetização das crianças passa a ser um desafio entre todos os desafios encontrados na educação brasileira.

No contexto educacional, as Diretrizes Curriculares Nacionais do Ensino Fundamental de Nove anos, aprovada pelo CNE, resolução nº07/2010, colocam a tarefa do Ministério da Educação em articulação com os Estados e Municípios, propostas de expectativas de aprendizagem dos conhecimentos escolares que devem ser atingidos pelos alunos em diferentes estágios do Ciclo de Alfabetização. Para este processo educativo denominado de Ciclo da alfabetização, vêm traçadas especificações curriculares, a exemplo dos elementos Conceituais e Metodológicos para a definição de Direitos e Objetivos de Aprendizagem que sensibilizam para considerar ás necessidades sociais, políticas, culturais e econômicas do país.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

A realidade tem mostrado que um dos grandes desafios, na implementação do Ciclo de Alfabetização, é o de assegurar às crianças o direito às aprendizagens básicas nesse tempo de três anos.

Na inexistência de crianças, indígenas, quilombolas e de população itinerantes, no município de Macaúbas, considera-se segundo o contexto social, predominantemente alunos oriundos de famílias rurais, denominando como Educação do Campo. O município, pautado na resolução CNE nº 1, de abril de 2002, atende as demandas necessárias para assegurar o direito de educação dos alunos do campo, bem como, exerce com responsabilidade quanto à aquisição e distribuição de recursos destinados a este público.

Quanto aos materiais didáticos oferecidos pelo Programa Nacional do Livro Didático, a rede municipal consta somente com o livro didático específico. Os demais recursos como os jogos, livros de literatura e obras complementares, são recursos para uso de modo geral. Quanto a elaboração do livro didático voltado para a educação do Campo, contextualiza a realidade rural, porém, deixa de inserir o aluno em situações que favorecem sua visão de mundo em outros contextos. Dessa forma, o docente fica com a atribuição de inserir e adequar no currículo o conhecimento além da vida no campo, para que o aluno amplie o seu conhecimento de mundo, mas para isto é necessário uma formação continuada para os docentes que atuam com Educação do Campo para melhor compreender e dinamizar o currículo e o cotidiano escolar.

No município, Políticas Públicas voltadas para a educação de alunos com deficiência, em fase de alfabetização, são garantidas, porém o que se constata é que a maioria dos profissionais de educação não possuem formação necessária para atender a demanda de forma eficaz. Desta forma, muitas crianças passam pelo período de escolaridade sem se alfabetizar.

O ciclo de alfabetização já está instituído desde 2010, em âmbito nacional, partindo da necessidade da alfabetização das crianças até oito anos de idade, sendo que neste ciclo não há reprovação, uma vez que os três anos escolares têm a finalidade de alfabetizar letrando. Para atender este objetivo, surgiram as propostas dos Direitos de Aprendizagem e Objetivos Curriculares para o Ciclo que dão suporte para o planejamento e consequentemente para a avaliação. Na busca pela melhor compreensão e tornar exequível as orientações do Programa Pacto Nacional pela

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Alfabetização na Idade Certa e Pacto Todos pela educação, o município conta com o apoio dos governos estadual e federal para a realização da formação continuada em serviço dos profissionais que atuam no Ciclo de alfabetização, de modo que venha a garantir melhores resultados na aprendizagem dos alunos. Além da formação, o município vem recebendo através dos programas, acervo com livros literários, acervos interdisciplinares de qualidade, jogos educativos e pedagógicos, que quando bem explorados favorecem o bom desempenho.

O município, em a parceria do Fundo Nacional Desenvolvimento da Educação, tem auxiliado as escolas na aquisição de equipamento que favorecem o espaço e o ambiente escolar para a atender o aluno considerando sua faixa etária, a exemplo de carteiras para a sala de aula. Entretanto um fator que urge por melhorias é a infraestrutura da maioria das instituições de ensino, a exemplo de: quadra esportiva, espaço para organizar eventos pedagógicos, espaço para leitura, refeitório.

Sabemos que o resultado de uma avaliação externa significa números que revelam o funcionamento da escola e serve para uma análise de necessidade de investimento orçamentário por parte do governo. O cômputo dessa avaliação nas escolas ainda não é encarado com fins pedagógicos, no qual deve haver, pós resultado, projetos de ações para atender e sanar as dificuldades da escola considerando sua especificidade.

Neste município, além da aplicação da Avaliação Nacional de Alfabetização (ANA), no último ano do ciclo de alfabetização, e da Provinha Brasil, tem realizado uma avaliação (Teste da Psicogênese) no 1º ano, início e final do ano letivo, com o intuito de garantir a reflexão, disussão e criação de estratégias para as crianças com necessidade de reforço na aprendizagem. O gráfico abaixo mostra o percentual do resultato desta avaliação.

Desempenho dos alunos do 1º ano 2014- Macaúbas –Ba

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

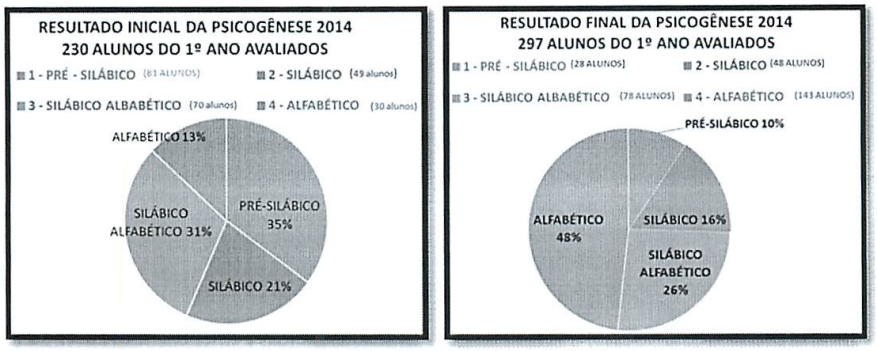

Figura 3. Gráfico de desempenho dos alunos do 1º ano do EF – Macaúbas/Ba, 2015.

Com o resultado desta pesquisa, cabe a Secretaria Municipal de Educação, em conjunto com a escola, criar instrumentos que venham avaliar, monitorar e realizar ações pedagógicas para buscar o avanço da aprendizagem dos alunos e para que estes tenham a ser alfabetizado no tempo proposto, final do terceiro ano do ciclo de alfabetização. Outra ação realizada que auxilia nesta função é a formação continuada em serviço com os Programas Pacto Todos pela Educação e PNAIC que dão suporte teórico e prático aos docentes do ciclo para melhor desempenhar suas atribuições em sala de aula e consequentemente executar um trabalho pedagógico com resultados satisfatórios.

2.3.3 Educação em Tempo Integral

Sempre inspirada na idéia de AnísioTeixeira, a legislação brasileira, ainda que de forma lenta, avançou nas últimas décadas para tornar a Educação Integral um direito de todos os cidadãos brasileiros. A Constituição Federal de 1988 contém três artigos que fazem referência à educação integral, mesmo não descrevendo o conceito no texto. No artigo 205º da Carta Magna, a educação é apresentada como um direito humano promovido e incentivado pela sociedade. No artigo 206º é citada a gestão democrática do ensino público, o que também dialoga diretamente com a educação integral, que preconiza a intersetorialidade como eixo fundamental das ações educativas. O artigo 227º é o que mais responde ao conceito de educação integral, pois afirma que é dever da família, da sociedade e do Estado assegurar, entre outros, o direito à educação.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

O Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), promulgado em 1990, também reforça a educação integral em alguns artigos, mostrando a importância de aprender além do âmbito da escola. O artigo 53º mostra que toda criança e todo adolescente têm direito à uma educação que o prepare para seu desenvolvimento pleno, para a vida em uma perspectiva cidadã e o qualifique para o mundo do trabalho. O Estatuto também traz o conceito de educação integral no artigo 59º, que diz que os municípios, estados e União devem facilitar o acesso das crianças e adolescentes a espaços culturais, esportivos e de lazer.

A Lei de Diretrizes e Bases (LDB) da Educação, aprovada em 1996, em sua composição, os artigos 34 e 87 dizem respeito à educação integral. O Artigo 2º dessa Lei afirma que a educação tem como finalidade o pleno desenvolvimento do educando e prepará-lo para exercitar sua cidadania, o que também prevê uma educação que dialogue com os diversos setores da sociedade. Já os artigos 34 e 86 trazem como agenda que o ensino fundamental seja oferecido em tempo integral de forma progressiva.

O Plano de Desenvolvimento da Educação (PDE), aprovado em 2007, tem como objetivo melhorar todas as etapas da educação básica no Brasil. Dentre as ações de melhoria, inclusas no PDE (hoje PDDE Interativo), destaca-se o Programa Mais Educação que prevê a ampliação da educação em tempo integral no país, atuando como um indutor de um programa de educação integral para todas as escolas brasileiras.

Coerente com as Leis nacionais que deliberam sobre o assunto, a Secretaria Municipal de Educação do Município de Macaúbas vem trabalhando incansavelmente para implantar a educação em tempo integral nas escolas da rede publica municipal.

Uma tarefa árdua uma vez que este tipo de educação exige maior ampliação dos espaços escolares, bem como melhorias na infraestrutura da escola como um todo.

O Plano Nacional de Educação, em consonância com as demais Leis brasileiras, estabelece que até 2024, metade das escolas públicas do país deve garantir ensino em tempo integral. Em 10 anos, 25% dos estudantes terão de passar pelo menos sete horas por dia em sala de aula.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

O Município de Macaúbas, tentando atender essa exigência e, aderiu 2014 ao Programa Mais Educação em 21 dos 42 Colégios existentes na rede municipal de ensino. Uma tarefa difícil, pois as escolas municipais não têm uma infraestrutura adequada para comportar programas que exigem tempo integral. Uma saída possível e de emergência será a nucleação e ampliação de espaços adequados por região e atividades da educação integral no período oposto ao da matricula regular. Essa ação também demandará uma reestruturação das redes de transportes escolar dentro do município.

Como o processo da implantação desse programa será gradativo, o município vem dando prioridade as escolas localizadas em áreas ou regiões onde os alunos estão mais vulneráveis aos problemas sociais, de ordem familiar e de aprendizagem.

Das escolas contempladas pelo o programa Mais Educação, 17 delas estão localizadas na zona rural do município. Nestas escolas foram cadastradas, além dos macro campo obrigatório, o Acompanhamento Pedagógico, e outras oficinas como: capoeira, desenho, artes, literatura de cordel, conto, iniciação científica, direitos humanos, canteiros sustentáveis entre outras. As escolhas das atividades devem ser feitas a partir da peculiaridade do alunado de cada localidade.

Ciente de que o Programa Mais Educação não é um programa de longa duração, o município deverá investir em ações que contemplem uma educação integral em turno único.

2.3.4 Qualidade da Educação Básica

Segundo a Lei de Diretrizes e Bases 9.394/96, o ensino será pautado com base em alguns princípios, dentre esses podemos destacar o inciso IX do Artigo 3º "A garantia de padrão de qualidade", entendendo que todo brasileiro tem direito a educação igualitária, que está assentada no princípio da equidade e diversidade. Ao referir sobre educação de qualidade, há que se pensar na existência de uma proposta pedagógica que direcione as ações da escola e de todo o sistema de ensino. Esta deve ser elaborada e executada pela própria escola e orientar todas as

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

dimensões administrativa, pedagógica e financeira, servindo como base para os planos de trabalho, de curso e de aula da unidade escolar.

De modo geral, falar da qualidade da Educação Básica implica enfrentar um grande desafio que é a desigualdade social existente no País. Esse problema se espalha por todas as esferas: federal, estadual e municipal. Porém, não é permitido deixar de investir em políticas públicas para dirimir os problemas que a educação tem enfrentado.

O propósito implícito na LDB nº 9.394/96 em adotar um sistema de avaliação foi o de transformar a avaliação em um instrumento norteador de mudança da realidade educacional do País, visando à melhoria do padrão de qualidade do ensino. Nesse sentido, foi adotado o Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) como indicador educacional indissociável às formulações de políticas avaliativas contemporâneas. Para que os resultados desse Indicador, nas escolas e no município, não passem de apenas números, há a necessidade de se fazer análises para a melhoria da prática pedagógica, ciente de que são muitos os elementos envolvidos nessa prática.

Tabela 19. Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) no ensino fundamental 2005/2013

Âmbito de Ensino	Anos Iniciais do Ensino Fundamental						Anos Iniciais do Ensino Fundamental					
	IDEB Observado					Metas	IDEB Observado					Metas
	2005	2007	2009	2011	2013	2021	2005	2007	2009	2011	2013	2021
Brasil Total	3,8	4,2	4,6	5,0	5,2	6,0	3,5	3,8	4,0	4,1	4,2	5,5
Rede Estadual	2,6	2,6	3,2	3,8	4,0	4,9	2,6	2,7	2,8	2,9	3,1	4,7
Rede Estadual do seu município	2,1	2,5	-	-	-	4,7	3,5	3,5	3,1	2,7	-	5,5
Rede Municipal do seu município	2,7	3,2	3,7	4,5	4,5	5,0	3,0	3,7	4,0	3,8	4,0	5,1

Fonte: disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 20 de abril de 2015.

O município de Macaúbas tem atingido, a cada ano, as metas propostas pelo Inep, mas isso não quer dizer que está tudo bem. Pois, a meta final (2021) não atinge o

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

desejado para o Brasil que é de 6.0. Portanto, se estamos alcançando bons índices, esses ainda precisam ser melhorados. E isso se consegue a partir de mudanças amplas em toda a rede de ensino, ou seja, na infraestrutura, organização curricular, didática, pedagógica, administrativa e de qualificação de professores. Para a melhoria do IDEB o município contou com o apoio do MEC para desenvolver oficinas relacionadas a Prova Brasil e IDEB, que esclarece e incentiva professores e alunos sobre a sua execução em prol da qualidade do ensino nas escola de educação básica.

O Ideb é calculado a partir do resultado da Prova Brasil e das taxas de aprovação e evasão de cada escola e/ou município. Essa Prova define as competências e habilidades que as escolas almejam que seus alunos desenvolvam em cada etapa de ensino. Ao se fazer uma análise minuciosa em relação aos resultados alcançados no município, detecta-se que a grande maioria dos alunos não alcançaram a proficiência necessária para a série/ano que estão cursando (figura 4).

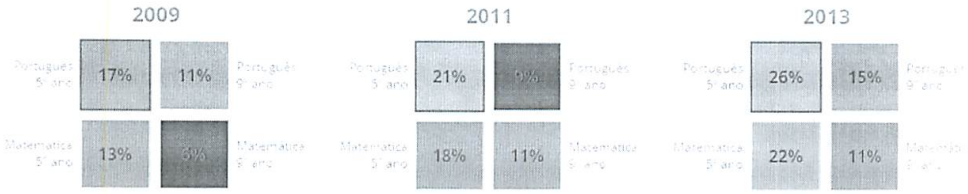

Figura 4. Quadro de Proficiência

Fonte: Disponível em: http://www.qedu.org.br/cidade/4183-macaubas/proficiencia. acesso em: 12 de abril de 2015.

As disciplinas de Português e Matemática sempre foram as mais críticas nas escolas municipais, sendo as que mais reprovam alunos. Essa informação pode ser confirmada com os resultados da Prova Brasil. Sabe-se que tal deficiência surge desde as primeiras séries quando alguns alunos não são bem alfabetizados ou não adquirem conhecimento suficiente para dar continuidade aos estudos no nível desejado. Há, portanto, a necessidade de investimento na base educacional e isso tem acontecido em nosso município, em parceria com o governo estadual e federal através dos programas Pacto e PNAIC, para os docentes dos anos iniciais do ensino fundamental.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

A Secretaria Municipal de Educação, preocupada com uma educação de qualidade, procura orientar as escolas no que se refere a reformulação dos Projetos Político-Pedagógicos, das propostas curriculares, fazendo uso das diretrizes pedagógicas para a Educação Básica, e dos Parâmetros Curriculares Nacionais, com intuito de desenvolver a aprendizagem dos estudantes durante seu percurso estudantil considerando as diversidades local, regional e estadual.

Dentre tantas situações no município, há ainda as questões de indisciplina e violência nas escolas, ressaltando as condições familiares e sociais que muitas vezes não contribuem para a promoção de um ambiente de paz e segurança. Com o intuito de sanar tais problemas, busca-se constantemente a parceria com órgãos de assistência social, por meio dos profissionais especializados, existentes no município como CREAS, CRAS, Conselho Tutelar, com objetivo de amparar a comunidade evitando ações violentas não só na escola, mas também na sociedade. Para fortalecimento dos laços entre alunos, professores e família, há que se fazer um maior investimento dos profissionais especializados para detecção a todo tipo de comportamento que tende a levar a ações violentas

Em relação ao transporte escolar o município atende todos os estudantes da educação do campo dentro de sua faixa etária, porém em algumas regiões por conta da precariedade das estradas há alguns problemas específicos com as escolas que devem ser sanados, adequando às exigências estabelecidas por lei. Em se tratando dos recursos financeiros o município oferece apoio técnico e financeiro à gestão escolar, além da transferência feita direto pelo MEC que se encontra mais explicitada no tópico dos recursos financeiros.

Os resultados e indicadores do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Básica (SAEB) e Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) são acompanhados, analisados e divulgados bienalmente, quando acontece orientações às políticas das redes e sistemas de ensino. O município promove e mantém formação continuada, em regime de colaboração com os programas nacionais para a educação, para os profissionais que atuam na educação a exemplo Pacto/Pnaic, Pró-Infância, Pró-gestão. Aconteceu também a formação inicial para professores nas áreas de Pedagogia, Letras e Matemática, momento em que possibilitou um grande contingente de profissionais (300 em média) habilitados na área.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Em se tratando de tecnologias educacionais, vale ressaltar que a humanidade se encontra mergulhada na Era da Informação e do Conhecimento e que os meios multimídia e a internet precisam de estar presente no cotidiano de sala de aula, pois somente com lousa e caneta é difícil chamar a atenção do alunado. Algumas escolas do município tem sido contemplada com o Programa de Informática na Escola (Proinfo), Governo Federal, em que viabiliza o acesso a informatização aos alunos, porém a oferta ainda é pouca para a demanda do município. Existe ainda na sede um centro de informática público (Infocentro) que atende a cidade e que também não responde as necessidades da população por ser único no município. A participação da família é outro viés muito importante para o bom andamento da vida escolar. Observa-se que há com frequência nas escolas mobilização para a participação dos pais na vida escolar do aluno, mas não em surtido o efeito almejado. A escola precisa de mais profissionais (pedagogos, psicopedagogos) para auxiliar nesse elo família-escola.

Uma questão social emergente que requer atenção por parte das escolas é a educação ambiental, onde visa a mudança de comportamento dos indivíduos pra com um meio ambiente sustentável. Desse modo as escolas devem abordar formalmente temáticas e campanhas referentes ao meio ambiente para sensibilizar e adquirir atitudes favoráveis para conservar e proteger a natureza.

A Secretaria Municipal de Educação tem buscado parceria com as secretarias municipais e órgãos de outras esferas para desenvolver programas e projetos que atendam, de forma mais integral, aos alunos e família. Um exemplo disso é a parceria com a Secretaria Municipal de Saúde que tem desenvolvido Programa Saúde na Escola para atender alunos do ensino público. A Secretaria de Assistência Social tem sido outra grande parceira quando há a necessidade de atendimento a alunos e suas famílias que estão em risco de vulnerabilidade. As Secretarias de Esporte e Cultura são constantemente inclusas como parceiras nas ações da Secretaria de Educação.

2.3.5 Educação de Jovens e Adultos – EJA

É assegurada oportunidade educacional a todos jovens e adultos que não tiveram acesso ou continuidade dos estudos em idade regular; isso é o que rege a Lei de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Diretrizes e Bases 9.394/96, Art. 37. Mas sabe-se que para tornar viável a acessibilidade dessas pessoas na escola, é preciso considerar as características próprias da faixa etária, bem como suas necessidades e interesses.

Tabela 20. Matrícula Inicial na Educação de Jovens e Adultos no município X, por dependência administrativa e localização (2011/2013)

ANOS	Municipal		Rural		TOTAL
	Urbana	Rural	Urbana	Rural	
2011	283	566	184	-	1033
2012	273	464	195	-	932
2013	255	294	172	-	721

Fonte: Disponível em: portal.inep.gov.br/básica-censo-escolar-matricula. Acesso em 15 de abril de 2015.

Macaúbas é um município que ainda traz consigo a problemática da alta taxa de analfabetismo adulto, com 34,8% da população de 25 anos ou mais analfabetas (Tabela 22). Esse indicador carrega uma grande inércia, em função do peso das gerações mais antigas, de menor escolaridade. Há que se observar que muitas pessoas idosas não sentem vontade nem necessidade de voltar à vida escolar, isso fica claro quando há turmas de Educação de Jovens e Adultos espalhadas por todo o município e a frequência é muito baixa. Mas, hoje, o público-alvo da EJA da rede municipal de ensino tem se modificado ao longo dos últimos anos. Atualmente, vemos uma quantidade maior de jovens entre 16 e 25 anos frequentando essa modalidade de ensino.

Outro dado que chama a atenção é a expectativa de anos de estudo da população. Apesar de estar aumentando gradativamente, mas a taxa ainda é pequena. A média é de apenas 8,62 anos de estudo em 2010 para os jovens de até 18 anos, o que deveria ser, no mínimo, 11 anos (com base no ensino fundamental de 8 anos), considerando que todos deveriam ter cursado a Educação Básica. Isso leva à interpretação de que uma boa parte dos jovens abandona os estudos antes de completar o ensino médio. O número de alunos frequentando a escola também mostra essa realidade no momento em que observamos que, quanto mais a idade avança mais o percentual de frequência diminui (ver tabela 21). Infelizmente, no que tange aos dados apresentados, o município de Macaúbas está sempre em desvantagem quando comparados às médias do Brasil.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Tabela 21. Nível Educacional da População jovem, 1991, 2000 e 2010

Faixa etária (anos)	Taxa de analfabetismo			% de alunos na escola		
	1991	2000	2010	1991	2000	2010
15 a 17 anos	41,68	8,09	2,75	46,42	78,46	82,62
18 a 24 anos	43,78	15,88	4,79	21,49	36,47	24,88

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/. Acesso em 15 de abril de 2015

Tabela 22. Nível Educacional da População Adulta com mais de 25 anos, 1991, 2000 e 2010

Taxa de analfabetismo	1991	2000	2010
25 a 29 anos	51,46	24,67	10,09
25 anos ou mais	67,89	45,41	34,76
Percentual de Atendimento			
25 a 29 anos na escola	5,95	7,25	10,14

Fonte: http://www.atlasbrasil.org.br/2013/pt/consulta/. Acesso em 15 de abril de 2015

Se quisermos melhorar a situação do município no que se refere à educação, algumas medidas devem ser tomadas, salientando que os números acima relacionados influenciam no Índice de Desenvolvimento Humano do Município (IDHM).

Para fazer uma interpretação da tabela 20, vale ressaltar aqui que antes do ano letivo de 2013 as turmas de Educação de Jovens e Adultos, na rede municipal de ensino, eram formadas por professores que saiam em busca de alunos que não estavam frequentando a escola. Essa prática acontecia em todo o município fazendo com que todas as localidades, inclusive as menores e mais longínquas da sede, tivessem turma de EJA. Por a grande maioria daqueles professores ter sua situação funcional de contrato temporário, depois de uma supervisão rigorosa, detectou-se que o trabalho não estava acontecendo a contento. Havia alunos matriculados que moravam em outro estado ou cidade por conta de trabalho, outros que mesmo morando próximo nunca frequentavam a escola e eram tidos como alunos até o final do ano letivo, sendo reprovados ou desistentes na Ata de Resultados Finais. Essa prática estava camuflando as reais estatísticas educacionais no município. Até que no ano letivo de 2013 foram matriculados apenas alunos que realmente frequentavam, ficando a matrícula sob a responsabilidade do diretor. Com essa atitude, a matrícula diminuiu consideravelmente no ano de 2013, quase 50% nas escolas rurais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Em outubro de 2012, o Ministério da Educação criou a resolução nº 48 que tinha por finalidade a garantia de acesso e permanência dos jovens e adultos no ensino fundamental e médio, por meio de transferência automática de recursos financeiros. O município de Macaúbas aderiu a essa política pública, porém, por conta do decréscimo de alunos no ano de 2013 tal parceria não foi renovada.

Atualmente, o público que frequenta a EJA apresenta um novo formato e novos anseios, a considerar que o número daqueles que nunca tiveram passagem anterior pela escola é cada vez mais reduzido. Nota-se que a maioria deles é adolescentes e jovens recém-saídos do ensino regular que tiveram essa etapa interrompida por algum motivo. Normalmente, são alunos trabalhadores, com responsabilidades profissionais e domésticas e, consequentemente, com tempo reduzido disponível para escola, dispondo-se a frequentar cursos noturnos. Essas pessoas, por mais sacrifícios que façam - esses geram muitas vezes evasão e repetência -, reconhecem a importância de uma educação formal nas várias dimensões da vida humana.

Para resgatar o alunado que ainda se encontra fora da escola, uma das necessidades prioritárias da EJA neste município é utilizar estratégias de ensino coerentes com as características e expectativas do público que é atendido por ela. Assim, é fundamental que o professor tenha formação adequada e se aperfeiçoe constantemente. O trabalho com a diversidade deve fazer parte do dia-a-dia da sala de aula na EJA onde encontramos alunos com diferentes bagagens culturais e sociais. Isso fortalecerá o ensino nas escolas da rede municipal e, consequentemente, favorecerá à população que tanto necessita de estudo.

2.3.6 Educação Profissional de Nível Médio

O município de Macaúbas, para atender melhor o alunado que se encontra na última etapa da Educação Básica, conta com a Educação Profissional ofertada pelo Centro Territorial de Educação Profissional da Bacia do Paramirim, uma unidade de ensino da Secretaria de Educação da Bahia, que tem a função de abranger todo território de identidade.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

No Cetep da Bacia do Paramirim oferece cursos nas modalidades: integrado, subsequente e Proeja, distribuídos em 5 eixos, quais sejam: Ambiente e Saúde (Analises Clinicas e Enfermagem), Desenvolvimento Educacional e Social (Secretaria Escolar), Gestão e Negócios (Administração, Contabilidade, Secretariado e Vendas), Infraestrutura (Edificações) e Recursos Naturais (Agroecologia). Além desses, ainda são oferecidos cursos na modalidade concomitante de curso de curta duração através do Pronatec.

O Cetep está instalado no prédio do antigo Colégio Estadual Aloysio Short, unidade construída para atender às necessidades da Educação Básica (Fundamental II e Ensino Médio). Para atender às necessidades da Educação Profissional, algumas adaptações foram necessárias. Foram instalados laboratórios de informática, enfermagem e edificações.

Para atender a realidade da educação do campo, houve a tentativa de implantação do Programa Saberes da Terra em algumas comunidades, mas não houve demanda suficiente para formação de turmas. Uma outra oportunidade voltada à educação profissional é a Escola Família Agrícola que funciona neste município desde 1982 atendendo aos alunos do meio rural na etapa de ensino fundamental. A EFA de Macaúbas tem a sua proposta educativa orientada pelos princípios fundamentais que caracterizam o movimento das EFAs: uma base associativa; uma proposta de formação integral do jovem; e uma pedagogia diferenciada para o meio rural incluindo aqui o desenvolvimento local. O curso Técnico em Agropecuária justifica se por atender uma clientela do campo e por o município de Macaúbas e seus circunvizinhos terem como principal aptidão econômica a atividade agropecuária, o curso, dessa forma, pretende responder às necessidades de liderança comunitária e de acompanhamento técnico para as comunidades, bem como, a necessidade de conhecimentos técnicos na área de agricultura e pecuária no sentido de buscar uma maior produtividade com menor custo, dentro de padrões agro-ecológicos sustentáveis.

Essa escola conta com um vasto laboratório didático na área técnica, pois tem uma propriedade de cinco hectares na qual se faz inúmeras experiências técnicas tais como: produção de horticultura, fruticultura, viveiro, jardim, pastagem e criações de avicultura, suinocultura e apicultura, além do manejo com o solo. Este campo é usado nas aulas práticas e estágios dos próprios alunos, bem como para os alunos

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

do Centro de Educação Profissional da Bacia do Paramirim. A Instituição conta com o apoio da Associação das Escolas das Comunidades e Famílias Agrícolas da Bahia- AECOFABA no que diz respeito ao pedagógico, uma parceria com a rede estadual equivalendo ao Curso Profissional. Porém as dificuldades encontradas principalmente no que diz respeito aos recursos financeiros e de pessoal ainda é muito grande, o que tem impossibilitado o aumento da demanda de turmas.

2.4 EDUCAÇÃO SUPERIOR

2.4.1 Ensino Superior

O município de Macaúbas possui uma alta demanda de jovens que pretendem ingressar na educação superior, por ser um município composto na sua maioria por famílias de baixa renda, que não tem condições de pagar um cursinho pré vestibular para seus filhos, vem ao longo dos últimos 7 anos oferecendo curso pré vestibular para alunos concluintes do ensino médio, oriundos de escola pública ou bolsistas em escolas particulares com o objetivo de melhor prepará-los para o ENEM e para os principais vestibulares de toda a Bahia, ou até mesmo de outros estados..

O projeto municipal de criação do Cursinho Pré-Vestibular surgiu no ano de 2008, já que o contexto social e econômico exigia e exige cada vez mais a inserção de jovens com conhecimentos acadêmicos e técnicos para atuar no mercado de trabalho altamente competitivo. Desde a sua implantação, o cursinho vem trabalhando com compromisso e atingindo os seus objetivos com êxito, já que até o presente momento já conta com cerca de 420 aprovações em vestibulares nas universidades mais concorridas da Bahia, como: UFBA, UNEB, UESB, UFOB, UFRB, além de alunos que se destacarem no ENEM e conseguem bolsas integrais em universidades particulares.

Os cursos nos quais os alunos são aprovados são em sua maioria altamente concorridos como: Direito, Engenharia, Biomedicina, Odontologia, além de licenciaturas em Português, Ciências Biológicas, Física, Geografia, História e Matemática, fazendo com que ao longo dos próximos anos possa diminuir o déficit de profissionais em áreas específicas no município e na região.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

O município além de preparar os alunos pra ingressarem no ensino superior, disponibiliza o transporte para que estes possam se deslocar até as cidades polos para prestarem o vestibular, sem contar que oferta estadias gratuitas em casas estudantis como o CEUSMA – Casa de Estudante Universitários e Secundarista de Macaúbas situada na capital da Bahia- Salvador e CEUMAC –Casa dos Estudantes Universitários de Macaúbas, em Vitória da Conquista - Ba, que são pontos de apoio para estudantes de Macaúbas que não têm condições de pagar hospedagem nas referidas cidades e seguir seus estudos. É sabido que essas residências são custeadas com água, energia, aluguel e agora com construção própria do CEUSMA(em processo de finalização) pelo governo municipal. Nelas os alunos permanecem até a conclusão dos cursos.

No município, a população ainda conta com universidade particulares para aqueles estudantes que não pretendem sair de seu município, como a UNOPAR (Universidade Norte do Paraná), A Universidade João Calvino, a UNITER, que são instituições particulares de ensino superior que ofertam cursos de licenciaturas e bacharelados e diversas especializações, dando oportunidade de estudo não só para os macaubenses, mas também para alunos dos municípios circunvizinhos. A oferta dos cursos nestas instituições é na modalidade EAD, credenciados pelo MEC, porém, ainda apresentam algumas carências na infraestrutura.

Além do citado acima, o município buscou parceria junto ao governo estadual e federal para a implantação do Polo da UAB – Universidade Aberta do Brasil em Macaúbas, o qual já era uma ação demandada no PAR – Plano de ações articuladas – com o objetivo de qualificar em formação inicial e continuada, tanto os profissionais da rede pública municipal de ensino de Macaúbas e das localidades circunvizinhas, como também a população da demanda social por meio de parcerias com as instituições públicas de educação superior. Em 2014 este polo recebeu a categoria de apto para oferta de curso. A partir daí tem-se buscado parcerias com as Universidades para a oferta de cursos, atualmente há oferta de curso de licenciatura em Matemática pela UFRB – Universidade Federal do Recôncavo Baiano; Especialização em Docência em Biologia pela UNIVASF – Universidade Federal do Vale do São Francisco; e Especialização em Coordenação Pedagógica pela UFBA - Universidade Federal da Bahia, todos na modalidade de Educação a Distância, atendendo cerca de 100 alunos, tanto da demanda pública quanto social.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

O município tem divulgado a oferta dos cursos por meio dos sites oficiais da prefeitura, por rádios locais, cartazes panfletos distribuídos nas ruas da cidade e comunicado oficiais às instituições públicas do município como o intuito de incentivar os jovens concluintes do ensino médio e os profissionais da educação o ingresso e a permanência nos cursos de formação do Ensino Superior.

2.5 VALORIZAÇÃO DOS PROFISSIONAIS DA EDUCAÇÃO

É Notável a cobrança que tem sido feita atualmente para que os profissionais da educação apresentem um desempenho satisfatório correspondente às exigências de uma sociedade dinâmica, que se encontra em constante transformação. A responsabilidade para inserir o cidadão nessa dialética acaba recaindo na figura do professor que tem a missão de educar para transformar e interagir com os avanços que ocorrem na sociedade.

Diante deste cenário, é fundamental que se concretize a valorização dos profissionais da educação que são os responsáveis pela formação dos sujeitos que irão desempenhar, no futuro, a transformação social. Para tanto, é necessário que se desenvolva e cumpra, de fato, as leis que garantem a qualificação desses profissionais. O avanço no processo de aprendizagem, que é um dos objetivos centrais do Plano Nacional de Educação, somente poderá ser alcançado se for promovida, ao mesmo tempo, a valorização do magistério. Sem esta, será inútil quaisquer esforços para alcançar as metas estabelecidas em cada um dos níveis e modalidades do ensino. Essa valorização só se concretizará através de uma política global de magistério a qual implica, simultaneamente, formação profissional inicial, condições de trabalho, salário e carreira e formação continuada.

As legislações brasileiras (Constituição Federal de 1988 e Lei de Diretrizes e Bases de 1996) aponta par a necessidade de garantir piso salarial nacional para os profissionais da educação, estabelecimento de estatutos e planos de cargos e salário do magistério público e obrigatoriedade de formação superior para todos os docentes. Em nosso município, ainda é muito limitada as condições na formação para os profissionais. Foram oferecidos cursos de graduação, porém ainda não atendeu as necessidades de toda a rede municipal, com isso muitos professores

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

foram obrigados a buscar sua formação inicial ou curso de aprimoramento para se atualizar e avançar no campo de trabalho, por meio de estabelecimentos particulares de ensino. Apesar de existir leis que garantem a formação inicial e continuada dos profissionais da educação, a exemplo da LDB 9.394/96, Art. 62, infelizmente, nem sempre são cumpridas.

Tabela 23. Funções docentes por Etapas e modalidades da Educação Básica – Rede Municipal – 2010

Etapas e Modalidades da Educação Básica	Funções Docentes					
	C/Lic	C/Gr	C/EM	C/NM	S/EM	Total
Regular – Creche	03	03	-	14	-	17
Regular – Pré-Escola	21	21	-	33	-	54
Regular – Anos Iniciais do Ensino fundamental	67	67	03	109	-	179
Regular – Anos Finais do Ensino fundamental	87	87	10	258	02	357
Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Presencial	08	08	01	27	-	36
Educação de Jovens e Adultos – Anos Iniciais do Ensino Fundamental/Semipresencial	0	0	0	0	0	0
Educação de Jovens e Adultos – Anos Finais do Ensino Fundamental/Presencial	17	17	01	22	-	40

Fonte: Disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 15 de abril de 2015.

Tabela 24: Número de professores e coordenadores da rede Municipal, Estadual e Particular em 2013

Profissionais do Magistério	Educação Infantil			Ensino fundamental			Ensino Médio			Total
	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Particular	Estadual	Municipal	Parti-cular	
Professores	-	107	N.I.[3]	-	554	N.I.	101	-	N.I.	762
Coordenadores	-	03	N.I.	-	06	N.I.	0	-	N.I.	09

Fonte: Secretaria Municipal de Educação e Diretoria Regional (Direc 23), 2014.

[3] N.I. Não Informado

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

É preciso que os governantes busquem parcerias para qualificar continuamente esses profissionais, oferecendo a oportunidade de estudos direcionados à área que atuam, valorizando a carreira e, consequentemente, o sucesso da aprendizagem dos alunos.

Em nosso contexto educacional, é importante pontuar que o município aderiu ao projeto Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa, que conta com a participação articulada do Governo Federal e dos Governos Estadual e Municipal, dispostos a mobilizar esforços e recursos, valorizando e apoiando professores e escolas, disponibilizando materiais didáticos para todas as crianças e implementando sistemas adequados de avaliação, gestão e monitoramento. Por ser um projeto voltado apenas para as séries iniciais (1º, 2º e 3º anos), as demais turmas (4º a 9º anos) não foram beneficiadas e, neste sentido, poderia ser ofertado pela esfera municipal para suprir a carência desses anos, qualificando o professor que também necessita de formação continuada.

O primeiro direito assegurado aos profissionais do magistério é a existência de estatuto e de plano de carreira. Trata-se de garantir, em lei específica, que o exercício profissional esteja adequadamente regulado, que estejam estabelecidas as obrigações e os direitos das partes, bem como o perfil e a estrutura da carreira, as possibilidades, os incentivos e os requisitos para a trajetória profissional. Embora o nosso município esteja em fase de reformulação do Plano de Cargos e Salário, há muitas questões que precisam concretizar e tornar-se, realidade, pois isso é uma das metas do PNE.

Outra questão importante a ser abordada está relacionada à jornada de trabalho dos professores municipais que possuem a carga horária ampliada. Sabe-se que a sua tarefa não se resume apenas em atividades em sala de aula. Existe também o trabalho extraclasse que, para muitos, consome todo o tempo que seria livre para seu descanso, tais como elaboração do plano de ensino, planejamento de aula, elaboração e correção de trabalhos e provas, preenchimento do diário de classe, entre outras. Essas atividades podem provocar mais desgaste e estresse no professor do que as atividades em sala de aula. Apesar de ter garantido no plano de carreira a atividade extraclasse o direito a hora-atividade de AC, o tempo destinado

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

a isso é muito limitado, não sendo suficiente para realizar todas as atividades necessárias.

Há que se pensar também, para garantir a valorização do profissional da educação, na avaliação de desempenho, que mesmo estando garantido no Plano de Carreira da categoria não se aplica ainda no município. Esse procedimento é fundamental para acompanhar e incentivar os docentes na sua prática pedagógica. É lógico que todo trabalhador precisa de motivação para continuar desempenhando suas funções e isso seria realizado através da avaliação de desempenho de cada profissional.

É importante que todos os funcionários que prestam serviços no meio educacional sejam qualificados, preparados para tal função. No contexto atual do nosso município, essa ação ainda não condiz com a nossa realidade, pois muitos funcionários, como merendeiras, faxineiras, porteiros, que prestam serviços nas escolas não tem formação específica na área em que trabalham e a situação funcional da grande maioria é de contrato temporário, com duração de um ano (tabela 26).

Tabela 25. Profissionais em educação, por nível de escolaridade na Rede Municipal em 2013

Cargos	Nº	Nível de Escolaridade			
		Ensino Fundamental incompleto	Ensino Fundamental Completo	Ensino Médio Completo	Outros
Merendeira	124	33	73	18	-
Vigilante	02	-	02	-	-
Serviços Gerais	169	58	98	13	
Secretário Escolar	14	-	-	14	-
Porteiro	19	06	13	-	-
Outros	01	-	-	01	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Tabela 26. Profissionais em educação, por situação funcional na Rede Municipal em 2013.

Cargos	Nº Total	Situação Funcional					Tempo exercício no cargo
		Servidor Público	Concursado CLT	Contrato Temporário	Terceirizado	Outro	
Merendeira	124	22	-	102	-	-	-
Vigilante	02	01	-	01	-	-	-
Serviços Gerais	169	14	-	155	-	-	-
Secretário							

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Escolar	14	04	-	10	-	-	-
Porteiro	19	03	-	16	-	-	-
outros	01	0	-	01	-	-	-

Fonte: Secretaria Municipal de Educação, 2014.

Sabe-se que a escola, como qualquer instituição, funciona como um organismo, com funções interdependentes. E para que as ações sejam proveitosas e os objetivos alcançados, cada equipe/profissional precisa executar bem as respectivas funções. Os professores são os responsáveis diretos pelo processo de ensino e aprendizagem, porem os demais funcionários também participam do processo educacional, dando o suporte necessário para que a aprendizagem aconteça. É necessário que o município esteja preparado para aderir ao projeto criado pelo Ministério da Educação, o Profuncionário, que oferece oportunidades de formação destes trabalhadores, em nível médio, nas áreas de Gestão Escolar, Alimentação Escolar, Multimeios Didáticos e Meio Ambiente e Manutenção da Infraestrutura Escolar, contribuindo assim para a profissionalização dos trabalhadores em educação.

2.6 GESTÃO DEMOCRÁTICA DO ENSINO PÚBLICO

O Conselho Municipal de Educação de Macaúbas é um órgão colegiado do poder executivo, componente essencial do Sistema Municipal de Ensino, pertencente à estrutura da Secretaria Municipal de Educação, criado conforme lei nº 384/2008, de nove de dezembro de 2008, tem como funções normativas, deliberativas, fiscalizadoras, consultivas e de controle social da qualidade dos serviços educacionais e tem como finalidades: Disciplinar as atividades de Educação Infantil das Instituições Privadas e o ensino público municipal em todos os níveis.

O Conselho Municipal de Educação compõe de 07 membros titulares e 07 membros suplentes que atualmente foram nomeados pelo chefe do poder executivo através do Decreto de nº 107/2013, de 10 de junho de 2013. O mandato dos conselheiros é de 02 anos, podendo ser reconduzidos para mais 02 anos. Este Conselho possui

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Regimento Interno e, de acordo com esse documento, as reuniões são realizadas ordinariamente uma vez ao mês, ou a depender das demandas.

Convém lembrar que há certa carência no funcionamento do Conselho Municipal de Educação, principalmente em termos de capacitação e aprimoramento, e uma das falhas se dá pela inexistência da criação do Sistema Municipal de Educação que priva a inscrição do CME na Secretaria Estadual de Educação. Cumpre observar que, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação – LDB, deixa clara a competência dos municípios em instituir os próprios sistemas de ensino.

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE, Colegiado Deliberativo, fiscalizador, permanente e de assessoramento, instituído no âmbito do Município de Macaúbas, através da Lei Municipal nº 115, de 23 de março de 2001, com base na Resolução/FNDE/CD/nº 26, de 17 de junho de 2013 que regulamentou sua composição e atribuições, tem como finalidade assessorar o governo municipal na execução do PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar.

O Conselho de Alimentação Escolar – CAE – é composto por 07 membros titulares e 07 membros suplentes que são nomeados pelo chefe do poder executivo através do atual Decreto Municipal de nº 0148/2013 de 16 de setembro de 2013. Seus membros têm mandato de 04 anos, podendo ser reconduzidos de acordo com a indicação dos seus respectivos segmentos.

Em consideração ao exercício do controle social, de caráter deliberativo, com a finalidade de garantir o acompanhamento e assessoramento da execução do PNAE, o CAE analisa as prestações de contas do gestor a cada três meses no decorrer do ano, emitindo parecer conclusivo no Programa do SIGECON – Sistema de Gestão de Conselhos online no inicio do ano conseguinte ao do repasse.

O Conselho de Acompanhamento e Controle Social do FUNDEB é um colegiado, cuja função principal, segundo o art. 24 da Lei nº 11.494/2007, é proceder ao acompanhamento e controle social sobre a distribuição, a transferência e a aplicação dos recursos do fundo no âmbito de cada esfera. Criado conforme a Lei municipal de nº 324/2007 de 09 de abril de 2007, e revogada um dos incisos na Lei complementar de nº 556/2013, de 13 de maio de 2013. É composto por 11 membros titulares e 11 membros suplentes onde foram nomeados através do decreto de nº 0135/2013, de 05 de setembro de 2013.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

O controle a ser exercido pelo Conselho do FUNDEB do município de Macaúbas é o controle direto da sociedade, por meio do qual de abre a possibilidade de apontar, às demais instâncias, falhas na irregularidade eventualmente cometidas, para que as autoridades constituídas, seja a Prefeitura e a Secretaria de Educação, no uso de suas prerrogativas legais, adotem providências no sentido de análise e correção.

É sabido que há toda uma legislação educacional, definida pelos espaços parlamentares competentes, influenciados pelos movimentos sociais organizados, que pode favorecer a gestão democrática da escola básica e a existência de Conselhos Escolares atuantes e participativos. Trata-se de enfrentar o desafio de constituir uma gestão democrática que contribua efetivamente para o processo de construção de uma cidadania emancipadora.

A Secretaria Municipal de Educação de Macaúbas, seguindo os princípios que norteiam a educação escolar destacando a gestão democrática, contidas na Constituição Federal, na LDB e no Plano Nacional de Educação, iniciou o processo de elaboração do projeto de lei que dispõe a criação dos Conselhos escolares.

O Plano de Cargos, Carreira e Remuneração dos Profissional da Educação do município de Macaúbas teve sua última reformulação com a Lei n° 918/2011 de 15 de Dezembro de 2011, que estabelece diretrizes para os profissionais da educação que estão em atividades docentes. No que se tange a efetivação na prática dessa lei, o município tem cumprido regularmente até porque quando algum direito é violado, há reivindicações por parte do interessado com apoio do sindicato da categoria. Existem alguns pontos nesse Plano que precisam ser revisados para adequar às necessidades e à realidade referente à garantia de uma educação e gestão democrática e de qualidade para o ensino público. Há um projeto de lei que está em análise e contempla mudanças significativas.

No que concede aos cargos e funções gratificadas respaldadas nesse documento, são três: coordenador Técnico Pedagógico; diretor e vice-diretor. Para exercer a função gratificada de coordenador o profissional deve fazer parte da carreira do magistério. Em relação às funções gratificadas de diretor e vice-diretor, para exercê-las é necessário fazer parte do quadro efetivo docente da rede municipal, com no mínimo de três anos de experiência. Há questionamentos sobre a escolha das funções gratificadas, pois nem todos os diretores e vice-diretores se encaixam no

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

perfil do gestor, sendo que ainda há pessoas com indicação política, mesmo segundo os critérios mencionados no Plano de Carreira.

Tabela 27. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Estadual

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	-	-	-	2	-	2	3	-	3
2011	-	-	-	1	-	1	3	-	3
2012	-	-	-	1	-	1	3	-	3
2013	-	-	-	0	-	0	3	-	3

Fonte: Diretoria Regional de Educação (DIREC 23)

Tabela 28. Número de Escolas por Etapa de Ensino – Rede Municipal

Ano	Educação Infantil			Ensino Fundamental			Ensino Médio		
	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total	Urbana	Rural	Total
2010	05	122	127	5	127	132	-	-	-
2011	05	122	127	5	127	132	-	-	-
2012	05	122	127	5	127	132	-	-	-
2013	04	121	125	5	121	126	-	-	-

Fonte: Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/2010/gerartabela.php> Acesso em: 20 de abril de 2015

Para garantir uma gestão democrática nos estabelecimentos de ensino, a primeira ação deve ser para que haja gestores preparados para a função. Neste município, também há uma carência no que diz respeito a coordenadores pedagógicos nas escolas. Os profissionais que são convidados a fazer parte desse quadro não querem sair da docência por acreditar que o incentivo financeiro para aquela função não compensa. Daí a formação continuada de professores, dentro do espaço escolar, nos momentos de atividades complementares, fica comprometida, como também há reclamação dos professores em relação à falta de acompanhamento pedagógico dentro da unidade escolar. Por ser mínimo o número de escolas que possuem coordenador pedagógico, o diretor fica sobrecarregado com as três dimensões que lhe compete: administrativa, financeira e pedagógica, ficando a deseja o acompanhamento desse profissional na dimensão pedagógica.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

No município de Macaúbas, a rede estadual de educação, atende, desde 2012, apenas o ensino médio regular e na modalidade de educação profissional (tabela 27). São três unidades escolares na sede do município, tendo uma delas anexo de Ensino Médio de Intermediação Tecnológica em 6 localidade rurais. A partir daquele ano, a rede municipal de ensino passou a se responsabilizar totalmente pela educação infantil e ensino fundamental. Subentende com isso que deve haver também maior investimento por parte do município nessas duas etapas. A rede particular atende um percentual mínimo da população em se tratando da Educação Básica como um todo, isso se deve ao poder aquisitivo da grande maioria da população.

Tabela 29. Número dos estabelecimentos escolares de Educação Básica do município de Macaúbas, por dependência administrativa e etapas da Educação Básica.

Etapas da Educação Básica	Dependência administrativa					
	Estadual		Municipal		Particular	
	2012	2013	2012	2013	2012	2013
Ed. Infantil – Creche	-	-		03	02	02
Ed. Infantil – Pré-escola	-	-		124	02	02
Ensino Fundamental – Anos iniciais	-	-		126	02	02
Ensino Fundamental – Anos finais	-	-		40	02	02
Ensino Médio	03	03		-	02	02
Total	03	03		293	10	10

Fonte: Disponível em: http://ide.mec.gov.br/2011/municipios/relatorio/coibge/2919801. Acesso em 20 de abril de 2015.

A Lei de Diretrizes e Base 9394/96 estabelece princípios que regem a Educação Básica, enfatizando a necessidade de gestão democrática no ensino público. Nota-se que uma boa parte das escolas municipais, há gestão democrática no momento em que se abre espaço para discussão entre gestores, professores pais e alunos. Mas, infelizmente, a participação da família na vida escolar ainda é uma ação muito tímida e motivo para reclamação por parte dos profissionais da educação que ainda se veem muito sozinhos para desempenhar o papel da educação sistematizada,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

encontrando situações-problema no que se refere a educação socioeducativa do alunado.

No que se refere à infraestrutura dos estabelecimentos de ensino da rede municipal, há algumas escolas que apresentam um padrão de qualidade adequando para atender o alunado. Há pouco tempo houve reposição de mobiliário em todas as unidades escolares, compatível com a idade/estatura aos alunos. Porém há escolas que ainda precisam de reformas nas instalações físicas, bem como acessibilidade para as várias especificidades dos alunos e para o atendimento adequado a programas educacionais.

A participação da sociedade nos projetos realizados pelas instituições de ensino do município tem sido pouca. Uma análise de como esse envolvimento ocorre no município de Macaúbas mostra que é deficitário ou não significativa a participação da comunidade extraescolar (pais, moradores da comunidade) e escolar (alunos, auxiliares de serviços gerais, porteiro, etc) nas propostas desenvolvidas na escola, ficando a cargo exclusivamente da direção e professores a elaboração e execução de tais propostas e projetos. Um exemplo concreto é a elaboração do Projeto Político-Pedagógico que deveria ter a participação de todos, fica a cargo da direção e dos professores. Com essa realidade, há muitas unidades de ensino que elaboram esse documento apenas por questões burocráticas, engavetando-o em seguida.

O regimento Escolar é outro documento de extrema importância na escola e deveria ter a participação democrática na sua consecução. A última reformulação desse documento aconteceu recentemente pelos coordenadores técnico-pedagógicos da Secretaria Municipal de Educação e foi repassado para as escolas para possíveis modificações. No entanto, nenhum acréscimo acontece pela burocracia envolvida e pela falta de qualificação dos responsáveis por isso. Para sanar tais problemas, um dos principais estímulos que deve ser oferecido pelo município é o investimento numa equipe escolar completa, possibilitando formação continuada para todos.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

2.7. RECURSOS FINANCEIROS PARA A EDUCAÇÃO NO MUNICÍPIO

2.7.1 Investimentos Públicos em Educação

O município de Macaúbas tem utilizado os recursos repassados pelo PNAE – Programa Nacional de Alimentação Escolar com um rigoroso acompanhamento dos membros do conselho e das nutricionistas contratadas para propor hábitos alimentares mais saudáveis para os educandos, ofertando alimentação escolar para os alunos da educação infantil ao ensino fundamental II, nos turnos diurno e noturno.

O que não tem sido diferente na aplicação dos recursos transferidos pelo FNDE, através dos programas de transporte escolar e outros convênios.

Tabela 30. Outras receitas com o setor educacional do município de Macaúbas, administradas pela prefeitura (2010/2012)

Ano	Alimentação Escolar	Transporte Escolar	Convênios	Outras receitas	total
2010	643.355,60	486.409,28	251.160,00	16.422.144,05	17.803.068,93
2011	591.480,00	460.450,24	-	20.038.053,71	21.089.983,95
2012	609.444,00	471.434,31	-	22.747.415,08	23.828.293,39
2013	627.660,00	494.843,04	-	23.481.848,43	24.604.351,47

Fonte: Prefeitura Municipal/Setor Financeiro, 2015.

Sabe-se que os recursos repassados pelo PNAE, pelo PENATE e outros convênios tem caráter suplementar, mas, o que se tem notado é que, muitas vezes, estes recursos são os únicos utilizados para garantir a merenda escolar, o transporte e outras despesas nas escolas do município, pois devido às dificuldades que o município tem enfrentado no que tange a receitas, é muito pouca a contrapartida do município para complementar os recursos repassados pelo ente federal, fato este que pode compromete a garantia da merenda escolar e do transporte durante todo o ano letivo.

O total investido na alimentação escolar, no transporte e de outros convênios, bem como de outras receitas de 2010 até 2013 foi superior a XXXXXX, deste valor parte vem de recursos próprios e parte do FNDE, a tabela nº 30 traz a distribuição destes valores, em cada ano, mostrando o investimento feito pelo município, o qual não tem

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

conseguido investir adequadamente nas políticas destinadas e estes programas devido aos problemas frequentes que tem enfrentado.

Tabela 31. Recursos aplicados em educação pelo governo municipal de Macaúbas, por nível ou modalidade de ensino (2010/2013).

Ano	Ed. Infantil	Ensino Fundamental	Ensino Médio	EJA	Outros	Total
2010	1.800,00	20.220.343,19	185.765,59	-	-	20.407.908,78
2011	224.501,23	23.698.026,01	414.918,40	-	-	24.337.445,64
2012	105.801,02	27.538.752,98	296.957,88	-	-	27.941.511,88
2013	867.456,88	28.081.775,66	287.158,00	-	-	29.236.390,54

Fonte: Prefeitura Municipal/Setor Financeiro, 2015.

Na tabela nº 31 apresenta o montante aplicado pelo município nas diversas modalidades de ensino, como educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e EJA, no período de 2010 a 2013.

A Constituição Federal determina que, da receita de impostos, a União aplique pelo menos 18% em educação e os estados e municípios não menos de 25%. De modo geral, tal determinação tem sido respeitada, mais o Brasil ainda continua sendo um dos países que menos investe na educação desde 1986, e isto resulta num problema generalizado que acontece nos estados e nos municípios que se veem em grandes dificuldades para aplicar estes valores.

O que se sabe é que mais da metade dos recursos do Ministério da Educação é aplicado no ensino superior, fato que vem contrariando a Constituição Federal, que prioriza o combate ao analfabetismo e o ensino fundamental.

Tabela 32. Despesas com educação do município de Macaúbas por categoria e elemento de despesa (2010/2013)

Ano	Despesas correntes			Despesas de Capital			Total
	Pessoal	Mat. Consumo	Subtotal	Obra e instalação	Equipamentos	Subtotal	
2010	11.462.681,00	2.762.880,29	14.225.561,29	337.233,16	625.675,00	962.908,16	15.188.469,45
2011	14.366.837,19	2.567.432,26	16.934.269,45	379.029,47	167.010,00	546.039,47	17.480.308,92

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

2012	18.069.968,04	3.006.735,15	21.076.703,19	490.308,74	305.163,11	705.471,85	21.782.175,04
2013	16.131.362,21	1.901.046,57	18.032.408,78	1.407.129,95	892.859,00	2.299.988,95	20.332.397,73

Tabela 33. Receita e apreciação dos recursos recebidos do FUNDEB no município de Macaúbas (2010/2013).

Ano	Total recebido	Aplicação		
		Salário dos professores	Capacitação dos leigos	Gastos com MDE
2010	15.543.188,29	8.918.532,14	-	1.936.564,89
2011	19.121.078,61	12.246.199,20	-	2.136.189,43
2012	21.777.055,50	13.685.226,49	-	2.986.614,48
2013	22.064.047,54	14.560.307,78	-	3.014.125,41

Fonte: Prefeitura Municipal/Setor Financeiro, 2015.

É sabido que todo órgão público está obrigado a prestar informação a qualquer cidadão que interesse saber sobre as atividades realizadas pela entidade pública, isto é assegurado pela lei de acesso a informação nº 12527/2011, que determina que os órgãos públicos devem criar centros de atendimento para atender e orientar o público, ter acesso a informação das atividades realizadas por ele. Estabelece também que as entidades públicas divulguem na internet em linguagem clara e de fácil acesso os dados sobre a administração pública. No município de Macaúbas todos os gestores escolares são orientados a divulgar as informações sobre as atividades realizadas tanto no que tange a execução dos recursos, quanto no que diz respeito as atividades pedagógicas, mas é necessário que a participação popular seja mais intensificada, pois esta participação ainda está muito centralizada nas comunidades onde as escolas estão inseridas. Ainda não existe no município um centro de informação ou um sistema que possa divulgar pela internet as informações sobre as ações realizadas por todas as escolas. No município, a Secretária de Comunicação é responsável por informações do município sobre as ações do executivo em relação a obras realizadas e reuniões promovidas, mas as informação sobre os gastos públicos, tanto da prefeitura quanto das suas secretarias, ainda é muito limitada. É necessário que os gestores escolares bem como todos os outros órgãos públicos municipais oportunizem aos cidadãos macaubenses a participação

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

ativa na tomada de decisão e no acesso à informação para que assim a lei possa ser realmente aplicada no município.

Tabela 34. Aplicação no Ensino Fundamental – Exercício 2013(em R$)

Dos recursos		Da aplicação	
Receita de imposto e transferência	25% da receita de impostos e transferências	Total aplicado em educação	% aplicado
30.840.121,16	7.710.030,29	24.969.238,22	25,57

A secretaria de Educação do município conhece os procedimentos e as responsabilidades que lhe são conferidas na realização das despesas e tem feito esforços para que os recursos destinados à educação sejam aplicados dentro do que estabelece as leis e tem tido uma participação efetiva da sociedade civil, representadas pelos conselhos, mas ainda tem encontrado alguns empecilhos quanto a execução dos recursos, pois a Secretaria de Educação ainda não tem total autonomia para gerir os recursos da pastas, sendo assim, as suas ações ficam limitadas às determinações do executivo.

Tabela 35. Recursos da Educação no PPA (2010/2013)

Ano	Previstos em R$	Programa/projetos/atividades educacionais	Total utilizado
2010	25.333.447,00	-	21.031.645,78
2011	25.560.449,00	-	24.337.445,64
2012	32.126.585,00	-	27.941.511,88
2013	35.848.234,00	-	29.236.390,54

Fonte: Prefeitura Municipal/Setor Financeiro, 2015.

No município de Macaúbas, a representatividade da sociedade civil na elaboração do Plano Plurianual ainda é muito tímida. Os gestores ainda não entendem que a participação social na tomada de decisões deve ser permanente, que espaços devem ser abertos para participação e acompanhamento popular do PPA, para que este possa representar mais os anseios da sociedade e que esta possa acompanhar e monitorar, com o objetivo de detectar e analisar os desafios financeiros do

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

município, tendo um instrumento voltado à participação social, à construção coletiva e compartilhada.

Os recursos disponíveis para a educação, tanto da esfera federal quanto da municipal não são suficientes, haja vista o que acontece em nosso município, como mostra a tabela nº 35, que se trata dos recursos que eram previstos para a educação no PPA e o que foram realmente utilizados.

Sabemos que as melhorias do setor público são possibilitados por meio de um Planejamento Estratégico e de um orçamento público, com o propósito de atender, durante determinado período, os planos e programas de trabalho por ele desenvolvidos, por meio da planificação de receitas a serem obtidas e pelos dispêndios a serem efetuados, objetivando a continuidade e a melhoria quantitativa e qualitativa dos serviços prestados à sociedade, onde a sua elaboração requer a participação de todos os envolvidos, mas o que se percebe no município é que o orçamento público fica mais sobre a responsabilidade do gestor, onde ele é responsável para planejar, assessorar e coordenar as ações, existe pouco envolvimento de todos os setores principalmente da Secretária de Educação. Ainda prevalece no município o sistema de gestão tradicional, onde o planejamento é feito por um único individuo e não por um grupo de pessoas que conhecem o público que quer atingir. Para Lima (2010), Uma gestão participativa genuína requer cooperação, compartilhamento de informações e confiança para delegar, dando autonomia para atingir metas. Como resposta, as pessoas tomam posse dos desafios e dos processos de trabalho dos quais participam, tomam decisões, criam, inovam e dão à organização um clima organizacional saudável.

Portanto, há a necessidade, no município dos gestores incentivarem da participação da sociedade e entender que precisam ter uma articulação com seus servidores e contribuintes, para viabilizarem um trabalho satisfatório e coerente com suas propostas, respeitando as demandas da sociedade.

Diante deste cenário, verifica-se a necessidade da participação mais ativa da sociedade e das secretarias na tomada das decisões, onde os gestores das pastas possam disponibilizar para a sociedade, em tempo real, as informações sobre as atividades realizadas, para que se possa chegar a excelência em gestão pública como administrador de recursos públicos.

71

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

3 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

3.1 DIRETRIZES, METAS E ESTRATÉGIAS DO PME

I – erradicação do analfabetismo;

II – universalização do atendimento escolar;

III – superação das desigualdades educacionais, com ênfase na promoção da cidadania e na erradicação de todas as formas de discriminação;

IV – melhoria da qualidade do ensino;

V – formação para o trabalho e para a cidadania, com ênfase nos valores morais e éticos em que se fundamenta a sociedade;

VI – promoção do princípio da gestão democrática da educação pública;

VII – promoção humanística, científica, cultura e tecnológica do País;

VIII – estabelecimento de meta de aplicação de recursos públicos em educação que assegure atendimento às necessidades de expansão, com padrão de qualidade e equidade a partir da ampliação da arrecadação tributária do município;

IX - valorização dos (as) profissionais da educação; e

X - promoção dos princípios de respeito aos direitos humanos, à diversidade e à sustentabilidade socioambiental.

Meta 1: universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PME.

Estratégias:

1.1) realizar, periodicamente, em regime de colaboração com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e com base nos dados do IBGE,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

levantamento da demanda por creche para a população de até 3 (três) anos, como forma de planejar a oferta e verificar o atendimento da demanda manifesta;

1.2) aderir e desenvolver, em regime de colaboração com a União, e respeitadas as normas de acessibilidade, programa nacional de construção e reestruturação de escolas, bem como de aquisição de equipamentos, visando à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas de educação infantil;

1.3) realizar, no decorrer da vigência deste PME, avaliação da educação infantil disponibilizada pelo MEC, com base em parâmetros nacionais de qualidade, a fim de aferir a infraestrutura física, o quadro de pessoal, as condições de gestão, os recursos pedagógicos, a situação de acessibilidade, entre outros indicadores relevantes;

1.4) promover a formação inicial e continuada dos (as) profissionais da educação infantil, garantindo, progressivamente, o atendimento por profissionais com formação superior;

1.5) fomentar o atendimento da população do campo na educação infantil nas respectivas comunidades, por meio do redimensionamento da distribuição territorial da oferta, limitando a nucleação de escolas com no mínimo 10 alunos para evitar o deslocamento excessivo de crianças, de forma a atender às especificidades dessas comunidades;

1.6) priorizar o acesso à educação infantil e fomentar a oferta do atendimento educacional especializado aos (às) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a educação bilíngue para crianças surdas e a transversalidade da educação especial nessa etapa da educação básica;

1.7) aderir a programas de orientação e apoio às famílias, por meio da articulação das áreas de educação, saúde e assistência social, com foco no desenvolvimento integral das crianças de até 3 (três) anos de idade;

1.8) preservar as especificidades da educação infantil na organização da rede municipal de ensino, garantindo o atendimento da criança de 0 (zero) a 5 (cinco) anos em estabelecimentos que atendam a parâmetros nacionais de qualidade, e a

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

articulação com a etapa escolar seguinte, visando ao ingresso do (a) aluno(a) de 6 (seis) anos de idade no ensino fundamental;

1.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência das crianças na educação infantil, em especial dos beneficiários de programas de transferência de renda, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância;

1.10) promover a busca ativa de crianças em idade correspondente à educação infantil, em parceria com a secretaria de assistência social, saúde e proteção à infância, preservando o direito de opção da família em relação às crianças de até 3 (três) anos;

1.11) estimular o acesso à educação infantil em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

Meta 2: Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PME.

Estratégias:

2.1) assegurar a aprovação e permanência do alunos na escola desenvolvendo um ensino de qualidade.

2.2) atender aos alunos com distorção idade/serie em programas de correção de fluxo para reverter o problema de defasagem na aprendizagem.

2.3) criar mecanismos para o acompanhamento individualizado dos (as) alunos (as) do ensino fundamental;

2.4) Garantir o acesso, a permanência e o aproveitamento escolar dos beneficiários de programas de transferência de renda, bem como das situações de discriminação, preconceitos e violências na escola, visando ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso escolar dos (as) alunos (as), em colaboração com as

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

famílias e com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.5) promover a busca ativa de crianças e adolescentes fora da escola, em parceria com órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, adolescência e juventude;

2.6) desenvolver tecnologias pedagógicas que combinem, de maneira articulada, a organização do tempo e das atividades didáticas entre a escola e o ambiente comunitário, considerando as especificidades da educação especial e das escolas do campo;

2.7) organizar, de forma flexível, o trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade local, a identidade cultural e as condições climáticas da região;

2.8) promover a relação das escolas com instituições e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, assegurando ainda que as escolas se tornem polos de criação e difusão cultural;

2.9) incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;

2.10) estimular a oferta do ensino fundamental, em especial dos anos iniciais para as populações do campo, nas próprias comunidades;

2.11) Promover o sistema de nucleação nas escolas multisseriadas onde consta um número ínfimo de alunos, com a finalidade de atender significativamente a Escola do Campo, revendo as condições de transporte, apoio pedagógico e de infraestrutura das unidades de ensino;

2.12) incentivar aos (às) estudantes, a prática de atividades extracurriculares de estímulo a habilidades, inclusive mediante certames e concursos nacionais;

2.13) promover atividades de desenvolvimento e estímulo a habilidades esportivas nas escolas, interligadas a um plano de disseminação do desporto educacional;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

2.14) Construir e ampliar os espaços escolares tais como salas de aula, quadra poliesportiva, biblioteca, cozinha, refeitório, auditório, laboratórios de informática e de ciências, para o desenvolvimento de atividades especificas;

2.15) adquirir materiais e equipamentos tecnológicos e didático/pedagógicos suficientes para o atendimento a todas unidades escolares do município.

2.16) equipar e aumentar o acervo bibliotecário das escolas das redes municipais de ensino.

Meta 3: Universalizar, até 2020, o atendimento escolar para toda a população de 15 (quinze) a 17 (dezessete) anos e elevar, até o final do período de vigência deste PME, a taxa líquida de matrículas no ensino médio para 85% (oitenta e cinco por cento).

Estratégias:

3.1) Incentivar práticas pedagógicas, no ensino fundamental, com abordagens interdisciplinares estruturadas pela relação entre teoria e pratica, garantindo a aquisição de equipamentos e laboratórios, a produção de materiais didáticos específicos a formação continuada de professores, possibilitando ao aluno uma aprendizagem bem estruturada para prosseguimento dos seus estudos no ensino médio;

3.2) Manter regime de colaboração entre União e Estado a implantação dos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento que configurarão a base nacional comum curricular do ensino médio

3.3) manter e ampliar programas e ações de correção de fluxo do ensino fundamental, por meio do acompanhamento individualizado do (a) aluno (a) com rendimento escolar defasado e pela adoção de práticas como aulas de reforço no turno complementar, estudos de recuperação e progressão parcial, de forma a reposicioná-lo no ciclo escolar de maneira compatível com sua idade;

3.4) implementar políticas de prevenção à evasão motivada por preconceito ou quaisquer formas de discriminação, criando rede de proteção contra formas associadas de exclusão;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

3.5) incentivar a população de 15 a 17 anos, em fase de conclusão do ensino fundamental, para dar prosseguimento aos seus estudos no ensino médio.

3.6) Pactuar com União e Estado no desenvolvimento de formas alternativas de oferta do ensino médio, garantida a qualidade, para atender aos alunos que não tem acesso ao ensino médio regular.

Meta 4: universalizar, para a população de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, o acesso à educação básica e ao atendimento educacional especializado, preferencialmente na rede regular de ensino, com a garantia de sistema educacional inclusivo, de salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados.

Estratégias:

4.1) promover, no prazo de vigência deste PME, a universalização do atendimento escolar à demanda manifesta pelas famílias de crianças de 0 (zero) a 3 (três) anos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, observado o que dispõe a Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional;

4.2) implantar, ao longo deste PME, salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores e professoras para o atendimento educacional especializado nas escolas urbanas e do campo;

4.3) disponibilizar transporte escolar com acessibilidade para estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede municipal de ensino que necessitem do mesmo;

4.4) garantir atendimento educacional especializado em salas de recursos multifuncionais, classes, escolas ou serviços especializados, públicos ou conveniados, nas formas complementar e suplementar, aos(as) alunos(as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, matriculados na rede municipal de ensino de educação básica, conforme necessidade identificada por meio de avaliação, ouvidos a família e o aluno;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

4.5) favorecer a criação de centros multidisciplinares de apoio, pesquisa e assessoria, articulados com as esferas nacionais e estaduais, com instituições acadêmicas e integrados por profissionais das áreas de saúde, assistência social, pedagogia e psicologia, para apoiar o trabalho dos (as) professores da educação básica com os (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.6) manter e buscar parcerias para a implantação de programas suplementares que promovam a acessibilidade nas instituições públicas, para garantir o acesso e a permanência dos (as) alunos (as) com deficiência por meio da adequação arquitetônica, da oferta de transporte acessível e da disponibilização de material didático próprio e de recursos de tecnologia assistiva, assegurando, ainda, no contexto escolar, a identificação dos (as) alunos (as) com altas habilidades ou superdotação;

4.7) garantir a oferta de educação bilíngue, em Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS como primeira língua e na modalidade escrita da Língua Portuguesa como segunda língua, aos (às) alunos (as) surdos e com deficiência auditiva de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos, em escolas e classes bilíngues e em escolas inclusivas, nos termos do art. 22 do Decreto no 5.626, de 22 de dezembro de 2005, e dos art. 24 e 30 da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, bem como a adoção do Sistema Braille de leitura para cegos e surdos-cegos;

4.8) garantir a oferta de educação inclusiva, vedada a exclusão do ensino regular sob alegação de deficiência e promovida a articulação pedagógica entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado;

4.9) fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola e ao atendimento educacional especializado, bem como da permanência e do desenvolvimento escolar dos (as) alunos (as) com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação beneficiários (as) de programas de transferência de renda, juntamente com o combate às situações de discriminação, preconceito e violência, com vistas ao estabelecimento de condições adequadas para o sucesso educacional, em colaboração com as famílias e com os órgãos públicos de assistência social, saúde e proteção à infância, à adolescência e à juventude;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

4.10) promover a articulação intersetorial entre secretarias e políticas públicas de saúde, assistência social, em parceria com as famílias, com o fim de desenvolver modelos de atendimento voltados à continuidade do atendimento escolar, na educação de jovens e adultos, das pessoas com deficiência e transtornos globais do desenvolvimento com idade superior à faixa etária de escolarização obrigatória, de forma a assegurar a atenção integral ao longo da vida;

4.11) ampliar das equipes de profissionais da educação do município para atender à demanda do processo de escolarização dos (das) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de Libras, guias-intérpretes para surdos-cegos, professores de Libras, prioritariamente surdos, e professores bilíngues;

4.12) supervisionar e avaliar, no período de vigência deste PME, a qualidade do ensino e da aprendizagem nos órgãos e escolas que atendem a alunos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;

4.13) promover, em parceria com o Ministério da Educação, os órgãos de pesquisa, demografia e estatística competentes e as secretarias de Assistência Social e de Saúde a obtenção de informação detalhada sobre o perfil das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação de 0 (zero) a 17 (dezessete) anos;

4.14) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, conveniadas com o poder público, visando a ampliar as condições de apoio ao atendimento escolar integral das pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculadas na rede municipal de ensino;

4.15) promover e incentivar, em parcerias com as esferas federal, estadual e instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos, a participação dos professores da rede municipal de ensino em formações inicial e continuada e na produção de material didático acessível para o bom desenvolvimento dos estudantes com deficiência, transtornos globais do

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação matriculados na rede municipal de ensino.

4.16) promover parcerias com instituições comunitárias, confessionais ou filantrópicas sem fins lucrativos e órgãos municipais, visando favorecer a participação das famílias e da sociedade na construção do sistema educacional inclusivo;

Meta 5: Alfabetizar, de forma plena, todas as crianças até o final do 3º (terceiro) ano do ensino fundamental.

Estratégias:

5.1) Analisar e executar os processos pedagógicos no ciclo de alfabetização, estruturados pelo MEC, nos anos iniciais do E F;

5.2) Fortalecer a formação continuada e a valorização dos alfabetizadores, com o apoio pedagógico específico, a fim de garantir a alfabetização de todas as crianças;

5.3) Efetivar a participação nos instrumentos de avaliação nacional periódicos e específicos, bem como, aprimorar a análise dos resultados a cada ano e contribuir para um planejamento eficaz;

5.4) Intensificar e ampliar instrumentos de avaliação municipal periódicos e específicos para aferir a alfabetização das crianças, bem como, estimular a rede municipal de ensino e as escolas a implementarem medidas pedagógicas para alfabetizar todas os alunos;

5.5) Intensificar a utilização de tecnologias educacionais e de práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem das crianças consideradas as diversas abordagens metodológicas e sua efetividade;

5.6) Apoiar a alfabetização de crianças do campo com a disponibilização e produção de materiais didáticos específicos, bem como adequar a proposta pedagógica de alfabetização as crianças de população itinerante e valorizar a identidade e diversidade cultural presentes;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

5.7) Promover a formação inicial e continuada dos docentes para a alfabetização com o conhecimento de novas tecnologias e práticas pedagógicas inovadoras;

5.8) Apoiar a alfabetização das crianças com deficiências, considerando suas especificidades, inclusive a alfabetização bilíngue de pessoas surdas, sem estabelecimento de terminalidade temporal.

Meta 6: oferecer educação em tempo integral em, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das escolas públicas, de forma a atender, pelo menos, 25% (vinte e cinco por cento) dos (as) alunos (as) da educação básica.

Estratégias:

6.1) promover, com o apoio da União e do estado, a oferta de educação básica pública em tempo integral, por meio de atividades de acompanhamento pedagógico e multidisciplinares, inclusive culturais e esportivas, de forma que o tempo de permanência dos (as) alunos (as) na escola, ou sob sua responsabilidade, passe a ser igual ou superior a 7 (sete) horas diárias durante todo o ano letivo, com a ampliação progressiva da jornada de professores em uma única escola;

6.2) expandir, em regime de colaboração com a esfera federal, a construção de escolas com padrão arquitetônico e de mobiliário adequado para atendimento em tempo integral, prioritariamente em comunidades pobres ou com crianças em situação de vulnerabilidade social;

6.3) ampliar e reestruturar as escolas da rede municipal de ensino, em regime de colaboração com a União, por meio da instalação de quadras poliesportivas, laboratórios, inclusive de informática, espaços para atividades culturais, bibliotecas, auditórios, cozinhas, refeitórios, banheiros e outros equipamentos;

6.4) promover a formação de recursos humanos, em parceria com o governo federal, bem como a produção de material didático, para a educação em tempo integral;

6.5) incentivar e apoiar a articulação da escola com os diferentes espaços educativos, culturais e esportivos e com equipamentos públicos, como centros comunitários, bibliotecas, praças, parques, museus, teatros, cinemas e planetários;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

6.6) estimular a oferta de atividades voltadas à ampliação da jornada escolar de alunos (as) matriculados na rede municipal de ensino, por parte das entidades privadas de serviço social vinculadas ao sistema sindical, em articulação com as escolas;

6.7) atender às escolas do campo na oferta de educação em tempo integral, com base em consulta prévia e informada, considerando-se as peculiaridades locais;

6.8) garantir a educação em tempo integral para pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na faixa etária de 4 (quatro) a 17 (dezessete) anos, assegurando atendimento educacional especializado complementar e suplementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas;

6.9) adotar medidas para otimizar o tempo de permanência dos alunos na escola, direcionando a expansão da jornada para o efetivo trabalho escolar, combinado com atividades recreativas, esportivas e culturais.

Meta 7: fomentar a qualidade da educação básica atendida pela rede municipal de ensino, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as metas do Ideb, propostas pelo Mec/Inep.

Estratégias:

7.1) assegurar que no último ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, e 40% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.2) elaborar, com base nas propostas nacionais e estaduais, um conjunto de indicadores de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, nas condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de ensino atendidas pelo município;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

7.3) incentivar o processo contínuo de autoavaliação das escolas que atendem a educação infantil e o ensino fundamental, por meio da constituição de instrumentos de avaliação que orientem as dimensões a serem fortalecidas, destacando-se a elaboração de planejamento estratégico, a melhoria contínua da qualidade educacional, a formação continuada dos (as) profissionais da educação e o aprimoramento da gestão democrática;

7.4) elaborar e executar projetos educacionais que viabilizem o cumprimento das metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública;

7.5) disponibilizar apoio técnico e financeiro voltados à melhoria da gestão educacional, à formação de professores e professoras e profissionais de serviços e apoio escolares, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar municipal;

7.6) associar a prestação de assistência técnica financeira à fixação de metas intermediárias, nos termos estabelecidos conforme pactuação voluntária entre as esferas federal e estadual, priorizando as escolas com Ideb abaixo da média nacional;

7.7) incentivar a participação dos estudantes nas avaliações externas para o ensino fundamental, bem como analisar e utilizar os resultados dessas avaliações, por escola da rede municipal de ensino, para criação de projetos e ações que viabilizem a melhoria das práticas pedagógicas e ,consequentemente, a qualidade da aprendizagem;

7.8) orientar as escolas da rede municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do Ideb, diminuindo a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo equidade da aprendizagem;

7.9) estabelecer políticas de estímulo às escolas que melhorarem o desempenho no Ideb, de modo a valorizar o mérito do corpo docente, da direção e da comunidade escolar;

7.10) promover e divulgar tecnologias educacionais para a educação infantil e o ensino fundamental, nas diversas modalidades, incentivando práticas pedagógicas inovadoras que assegurem a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem, assegurada a diversidade de métodos e propostas pedagógicas;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

7.11) garantir transporte gratuito e de qualidade para todos (as) os (as) estudantes da rede municipal de ensino que dele necessitar, mais especificamente da educação do campo e na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e adequação da frota de veículos escolares municipais, com o apoio da União, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.12) disponibilizar alimentação escolar de qualidade a todas as escolas da rede municipal de ensino, a fim de proporcionar um ambiente escolar prazeroso e saudável, contribuindo para a aprendizagem do aluno;

7.13) desenvolver projetos pedagógicos, culturais, de pesquisa que promova o atendimento escolar para a população do campo, de acordo com suas especificidades, com a finalidade de evitar o êxodo rural;

7.14) apoiar técnica e financeiramente a gestão escolar mediante transferência direta de recursos financeiros à escola, garantindo a participação da comunidade escolar no planejamento e na aplicação dos recursos, visando à ampliação da transparência e ao efetivo desenvolvimento da gestão democrática;

7.15) assegurar a todas as escolas da rede municipal de ensino, em pareceria com o governo federal, o acesso a energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos;

7.16) garantir estrutura física adequada das escolas para que os alunos tenham acesso a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências, promovendo também a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.17) disponibilizar equipamentos e recursos tecnológicos digitais necessários para a utilização pedagógica no ambiente escolar, criando mecanismos para implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive a internet;

7.18) desenvolver ações de combate à violência na escola, pelo desenvolvimento de ações destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

providências adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, em parceria com as secretarias de assistência social de saúde;

7.19) garantir nos currículos escolares conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígenas e implementar ações educacionais, nos termos das Leis nos 10.639, de 9 de janeiro de 2003, e 11.645, de 10 de março de 2008, incentivando a divulgação de práticas escolares bem sucedidas que promovem a disseminação, o respeito e a valorização da cultura afro-brasileira e indígena, em parceria com a secretaria de cultura;

7.20) fortalecer a educação escolar no campo de populações tradicionais e de populações itinerantes, onde existirem, respeitando a articulação entre os ambientes escolares e comunitários, garantindo o desenvolvimento sustentável e preservação da identidade cultural; a participação da comunidade na definição do modelo de organização pedagógica e de gestão escolar, consideradas as práticas socioculturais e as formas particulares de organização do tempo;

7.21) mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;

7.22) promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

7.23) universalizar, mediante articulação entre os órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos (às) estudantes da rede escolar pública de educação básica por meio de ações de prevenção, promoção e atenção à saúde;

7.24) estabelecer ações efetivas especificamente voltadas para a promoção, prevenção, atenção e atendimento à saúde e à integridade física, mental e emocional dos (das) profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade educacional;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

7.25) promover a formação de leitores e leitoras e a capacitação de professores e professoras, bibliotecários e bibliotecárias e agentes da comunidade para atuar como mediadores e mediadoras da leitura, de acordo com a especificidade das diferentes etapas do desenvolvimento e da aprendizagem;

Meta 8: Elevar a escolaridade média da população de 18 (dezoito) a 29 (vinte e nove) anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudo no último ano de vigência deste Plano, especificamente a população do campo onde concentra o maior número de pessoas com índice baixo de escolaridade.

Estratégias:

8.1) institucionalizar programas de correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado;

8.2) implantar turmas de educação de jovens e adultos para a população que esteja fora da escola e com defasagem idade-série, associado a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial;

8.3) expandir a oferta gratuita de educação profissional técnica por parte das entidades privadas de serviço social e de formação profissional vinculadas ao sistema sindical, de forma concomitante ao ensino ofertado na rede escolar pública, para os segmentos populacionais considerados;

8.4) promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola, identificar motivos de absenteísmo, garantindo a frequência e apoio à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes na rede pública regular de ensino;

8.5) promover busca ativa de jovens fora da escola pertencentes, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

Meta 9: elevar a taxa de alfabetização da população com 15 (quinze) a 29(vinte e nove) anos para 98% (noventa e oito por cento) até 2016 e, até o final da vigência

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% (cinquenta por cento) a taxa de analfabetismo funcional.

Estratégias:

9.1) assegurar a oferta gratuita da educação de jovens e adultos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

9.2) identificar a demanda ativa por vagas na educação de jovens e adultos, através de diagnóstico dos jovens e adultos com ensino fundamental incompleto;

9.3) aderir e apoiar ações de alfabetização de jovens e adultos com garantia de continuidade da escolarização básica;

9.4) realizar chamadas públicas regulares para educação de jovens e adultos, promovendo-se busca ativa em regime de colaboração entre as áreas de assistência social e proteção à juventude;

9.5) garantir ações de atendimento ao (à) estudante da educação de jovens e adultos com transporte, alimentação e saúde, aderindo a programas de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos, em articulação com a área da saúde;

9.6) assegurar a oferta de educação de jovens e adultos, na etapa de ensino fundamental, às pessoas privadas de liberdade, apoiando formação específica dos professores e das professoras em regime de colaboração com a União e estado;

9.7) apoiar técnica e financeiramente projetos inovadores na educação de jovens e adultos que visem ao desenvolvimento de modelos adequados às necessidades específicas desses (as) alunos (as);

9.8) implantar ações que promovam incentivos que integrem os segmentos empregadores, públicos e privados, e a rede municipal de ensino, para promover a compatibilização da jornada de trabalho dos empregados e das empregadas com a oferta das ações de alfabetização e de educação de jovens e adultos;

9.9) apoiar políticas públicas de jovens e adultos, que considerem as necessidades dos idosos, com vistas à promoção de políticas de erradicação do analfabetismo, ao acesso a tecnologias educacionais e atividades recreativas, culturais e esportivas,

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

promovendo a valorização e compartilhamento dos conhecimentos e experiência dos idosos e à inclusão dos temas do envelhecimento e da velhice nas escolas.

Meta 10: apoiar a oferta de, no mínimo 25% (vinte e cinco por cento), matrículas de educação de jovens e adultos, no ensino fundamental, na forma integrada à educação profissional.

Estratégias:

10.1) incentivar a matrícula na educação de jovens e adultos, articulada a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora;

10.2) apoiar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos, bem como programas nacionais de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas que atendam a educação de jovens e adultos;

10.3) aderir a programas de formação de professores que visem a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas.

Meta 11: apoiar a expansão de matrículas da educação profissional técnica de nível médio, assegurando a qualidade da oferta e pelo menos 50% (cinquenta por cento) da expansão no segmento público.

Estratégias:

11.1) incentivar as matrículas dos alunos egressos do ensino fundamental na educação profissional técnica de nível médio, ofertadas pelas esferas estadual e federal, que visem o atendimento das peculiaridades da população do campo, por meio de cursos diversificados;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

11.2) Contribuir com o apoio financeiro e de pessoal para a Escola Família Agrícola do município de Macaúbas.

Meta 12: Colaborar com o ente federado para a elevação da taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% (cinquenta por cento) e a taxa líquida para 33% (trinta e três por cento) da população de 18 (dezoito) a 24 (vinte e quatro) anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% (quarenta por cento) das novas matrículas, no segmento público.

Estratégias:

12.1) Elevar gradualmente, ao longo do decênio o número de vagas de matrículas no Cursinho Pré-Vestibular Municipal de 80 para 150 matriculados;

12.2) Estimular a participação dos alunos oriundos do ensino médio das escolas públicas do município a se inscreverem no Cursinho Pré-Vestibular Municipal, com o intuito de elevar o número de ingresso da população de 18 a 24 anos na Educação Superior;

12.3) Expandir a oferta de vagas no Cursinho Pré-Vestibular Municipal utilizando metodologias inovadoras favorecendo o acesso dos alunos oriundos do meio rural;

12.4) Incentivar a participação dos alunos egressos do ensino médio em processos seletivos e exames que tem como finalidade o acesso à educação superior.

Meta 13. Fiscalizar e cobrar dos governos estadual e federal ações que visem a qualidade da educação superior e a ampliação da proporção de mestres e doutores do corpo docente em efetivo exercício no conjunto do sistema de educação superior para 75% (setenta e cinco por cento), sendo, do total, no mínimo, 35% (trinta e cinco por cento) doutores.

Estratégias:

13.1) Elaborar planos estratégicos que apresentem diagnóstico das necessidades de formação de profissionais da educação do município e da capacidade de atendimento existente por parte das instituições públicas de educação superior, definindo obrigações recíprocas entre os partícipes;

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

13.2) Apoiar a oferta de cursos de nível superior de qualidade, destinados a formação de diversas áreas de atuação da Educação Superior.

Meta 14: incentivar o aumento do número de matrículas na pós-graduação stricto-sensu, de modo a atingir a meta do PNE que é a titulação anual de 60.000 (sessenta mil) mestres e 25.000 (vinte e cinco mil) doutores.

Estratégias:

14.1) Realizar em regime de colaboração, o planejamento estratégico para dimensionamento da demanda por pós-graduação stricto-sensu e fomentar a respectiva oferta por parte das instituições públicas de ensino superior de forma articulada com as políticas de formação do município e do estado.

Meta 15: incentivar e apoiar, em regime de colaboração com a União e o Estado, no decorrer da vigência deste PME, política nacional de formação dos profissionais da educação de que tratam os incisos I, II e III do caput do art. 61 da Lei no 9.394, de 20 de dezembro de 1996, através da concessão (três) vagas anuais de licença para estudo para os professores e as professoras da educação básica a fim de obterem formação específica de nível superior.

Estratégia:

15.1) apoiar a política nacional de formação dos profissionais da educação, assegurando a todos os docentes da educação básica formação específica em nível superior por meio de licenciatura.

Meta 16: fomentar a participação dos professores da educação básica, em nível de pós-graduação, 50% (cinquenta por cento), até o último ano de vigência deste PME e, em consonância com a política nacional, garantir a todos (as) os (as) profissionais da educação básica formação continuada em sua área de atuação considerando as necessidades, demandas e contextualizações dos sistemas de ensino.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Estratégia:

16.1) incentivar e apoiar a participação dos professores da educação básica, em nível de pós-graduação, e contribuir para que todos (as) os (as) profissionais da educação básica tenham formação continuada em sua área de atuação.

Meta 17. Garantir, em regime de colaboração entre a União e estado, no prazo da vigência deste Plano Municipal de Educação (PME), política de formação dos profissionais da Educação de que tratam os incisos I, II e III do art. 61 da Lei nº 9.394/96, assegurando-lhes a devida formação inicial e continuada, em nível superior de graduação e pós-graduação, na respectiva área de atuação.

Estratégias:

17.1) Valorizar os profissionais do magistério das redes públicas de educação básica de forma a equiparar seu rendimento médio ao dos demais profissionais com escolaridade equivalente;

17.2) Garantir o cumprimento das normas e regras que regem o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais da Educação e o Estatuto de Magistério;

17.3) Promover assistência a saúde de todos os profissionais da educação através da implantação de uma plano de saúde conveniado à esfera municipal;

17.4) Garantir salário digno e melhoria nas condições de trabalho de todos os profissionais da educação.

Meta 18: assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a atualização do plano de Carreira dos (as) profissionais da educação básica pública, e tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

Estratégia:

18.1) estruturar a rede municipal de educação de modo que, até o final da vigência deste PME, 80% (noventa por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais do magistério e 50% (cinquenta por cento), no mínimo, dos respectivos profissionais da

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

educação não docentes sejam ocupantes de cargos de provimento efetivo e estejam em exercício nas redes escolares a que se encontrem vinculados;

18.2) implantar, na rede municipal de ensino, acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais experientes, a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório por meio de avaliação de desempenho;

18.3) prever, no plano de Carreira dos profissionais da educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação stricto-sensu;

18.4) considerar as especificidades socioculturais das escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas;

18.5) estimular a existência de comissões permanentes de profissionais da educação da rede municipal de ensino, para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira.

Meta 19. Assegurar condições, no prazo de 2 anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar, no âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico do município em parceria com a união.

Estratégias:

19.1) Promover reorganização administrativa no âmbito da secretaria municipal de educação, de forma que a gestão plena efetivamente aconteça, instituindo a comissão de licitação, setor de compras e contabilidade.

19.2) Democratizar o processo de escolha dos gestores escolares seguindo os critérios técnicos de mérito e desempenho e à consulta pública à comunidade escolar.

19.3) Ofertar formação aos conselheiros dos conselhos municipais de controle social, por meio de programas de formação disponibilizados pelo município ou com o apoio da União e do Estado, garantindo a esses colegiados recursos humanos necessários a atividade de apoio, espaço físico adequado, equipamentos e meios de

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

transporte para visitas à rede escolar, com vistas de desenvolver as atividades com competência e efetividade.

19.4) Criar um Fórum Permanente de Educação com o intuito de coordenar as conferências municipais de educação, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação.

19.5) Estimular o fortalecimento do Conselho Municipal de Educação e a constituição dos conselhos escolares nas unidades de ensino, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive,espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas.

19.6) Reformular o Plano de Cargos e Carreira dos Profissionais da Educação garantindo os direitos básicos desses profissionais, de acordo com as possibilidades e potencialidades do município.

19.7) Estimular a participação e a consulta de profissionais da educação, alunos(as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar, regimentos escolares e elaboração do calendário do ano letivo, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares.

19.8) Favorecer processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino.

19.9) Assegurar formação continuada para a equipe gestora escolar (diretores, coordenadores pedagógicos e secretários escolares).

Meta 20. Elevar gradualmente, ao longo do decênio, o índice de complementação dos recursos financeiros destinados à educação básica na rede municipal de ensino.

Estratégias:

20.1) Implementar políticas de informação a respeito de arrecadação de recursos, tanto para os alunos da rede municipal quanto para a população em geral;

20.2) Definir critérios para aumentar a complementação dos recursos financeiros dirigidos à educação, regulamentando através de lei complementar os investimentos

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

em qualificação, remuneração do pessoal docente, e demais profissionais da educação pública.

20.3) adquirir, manter, construir e conservar as instalações e equipamentos necessários ao ensino de qualidade, bem como adquirir materiais didático, alimentação e transporte escolar.

20.4) fortalecer os mecanismos e os instrumentos que asseguram, nos temos da Lei de Responsabilidade Fiscal, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos destinados a educação.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

3.1.1 Mobilização da Sociedade para a Elaboração do PME

3.1.2 Divulgação do PME

No decorrer da elaboração deste PME, a sua divulgação torna-se imprescindível para que a população seja informada de tal ação e possa dar contribuições que visem a melhoria dos serviços educacionais. Para tanto, o Grupo Colaborativo utiliza as redes sociais para interlocução da construção deste documento, bem como conta com o auxílio das Comissões Representativas no que tange a divulgação nas classes, órgãos e entidades por elas representadas.

3.1.3 Audiência Pública

A Audiência Pública do Plano Municipal de Educação(PME) do município de Macaúbas, faz-se necessário para garantir a participação democrática da sociedade na construção de tal documento, assegurando exercício da cidadania.

São objetivos da Audiência Pública:

Criar espaço de discussão e reflexão sobre o Plano Municipal de Educação e registrar todas as contribuições geradas no processo;

Informar aos participantes sobre a gênese do processo de elaboração do PME e o seu percurso até o momento;

Explicitar a relevância do planejamento para o desenvolvimento socioeconômico do Município e a importância de ter um Plano Municipal de Educação.

Para que a audiência pública seja um momento de legitimação do PME, de modo a atingir seus objetivos, deve haver a participação da representatividade de vários segmentos educacionais e sociais, convidados em caráter oficial. O evento deve seguir uma programação que viabilize a consecução de tais objetivos, constando de: credenciamento; solenidade de abertura; leitura e aprovação do regimento; apresentação do processo da construção do PME; apresentação dos trabalhos das Comissões Representativas dos níveis, modalidades de ensino e desafio da educação; lavratura e leitura de Ata e agradecimentos finais.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

4 MONITORAMENTO E AVALIAÇÃO DO PME

O processo de construção do PME aconteceu de forma participativa e democrática por meio da nomeação de um Grupo Colaborativo e a formação de comissões representativas de cada nível, etapa e modalidade de ensino.

A implantação, com sucesso, do Plano Municipal de Educação - PME no município de Macaúbas, depende da mobilização e vontade política das forças sociais e institucionais, como também de mecanismos e instrumentos de acompanhamento e avaliação nas diversas ações a serem desenvolvidas na área educacional, durante os dez anos de sua vigência.

É fundamental que a avaliação seja efetivamente realizada, de forma periódica e contínua e que o acompanhamento seja voltado à análise de aspectos qualitativos e quantitativos do desempenho do PME, tendo em vista a melhoria da educação com o desenvolvimento do mesmo.

4.1 Composição da Comissão Permanente de Monitoramento e Avaliação

A Secretaria Municipal de Educação, na figura do Dirigente Municipal de Educação, em conjunto com o Conselho Municipal de Educação formará o Fórum Permanente de Educação, através de Portaria, com o intuito de auxiliar no monitoramento e avaliação deste PME, para garantir o cumprimento de suas metas e estratégias.

O fórum será composto por segmentos da sociedade, através de seus representantes, a saber: dirigente escolar, professor, estudante, pais, Conselho Municipal de educação, sociedade civil, áreas e órgãos públicos, sindicato dos profissionais da educação e entidade religiosa.

O monitoramento será feito semestralmente e a primeira avaliação técnica será realizada, no segundo ano após sua implantação, e as posteriores a cada dois anos, sendo que seus resultados serão apresentados à comunidade por meio de seminário

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

Prefeitura Municipal de Macaúbas

As metas e estratégias deste Plano somente poderão ser alcançadas se ele for concebido e acolhido como Plano do Município, mais do que Plano de Governo e, por isso, assumido como um compromisso da sociedade para consigo mesma.

José João Pereira
Prefeito Municipal

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

REFERÊNCIAS

BAHIA, Secretaria da Educação/Proam. Plano municipal de Educação 2014/2015: Elaboração e Adequação. Disponível em: http://ead.sec.ba.gov.br/proam/login/index.php. Acesso em: 24 mar.2015.

_____, Secretaria da Educação/Proam. **Caderno de Orientação para Elaboração/Adequação do Plano municipal de Educação**. Disponível em: http://ead.sec.ba.gov.br/proam/login/index.php. Acesso em:23 fev.2015.

BRASIL. **Decreto nº 11.738**, de 16 de julho de 2008. Regulamenta a alínea "e" ddo insico III do caput do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais e Transitórias, para instituir o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Disponível em: http://ead.sec.ba.gov.br/proam/login/index.php. Acesso em: 14 abr.2015.

_____. **Lei nº 11.494, de 20 de junho de 2007**. Regulamenta o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação. (FUNDEB) Disponível em: http://ead.sec.ba.gov.br/proam/login/index.php. Acesso em: 23 abr.2015.

_____. **Lei nº 6.094, de 24 de abril de 2007**. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação. **Diário Oficial da República Federativa do Brasil**, Brasília, DF: MEC/SEB, 2007.

_____. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado, 1988.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Documentos norteadores para elaboração de Plano Municipal de Educação (PME)** – 2. ed. atual. Elaboração Clodoaldo José de Almeida Souza. Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2007.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Orientações Curriculares para o Ensino Médio.** Vol. 1,2 e 3. Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais da Educação Básica.** Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2013.

98

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros Nacionais de Qualidade para a Educação Infantil.** Vol. 1,2 e 3. Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2006.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Elementos Conceituais e Metodológicos para Definição dos Direitos de Aprendizagem e Desenvolvimento do Ciclo de Alfabetização do Ensino Fundamental.** Brasília: DF MEC/Secretaria de Educação Básica, 2012.

_____. Ministério da Educação e do Desporto. Lei nº 9.394, 20 de dezembro de 1996, Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Diário Oficial da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Congresso Nacional, 1996.

_____. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Básica. **Parâmetros nacionais de qualidade para a educação infantil**. Secretaria de Educação Básica – Brasília-DF, 2006.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Lei nº 8.035/2010 PNE 2011-2020**, Disponível em: < http://conae.mec.gov.br/images/stories/pdf/pne_projeto_lei1.pdf>. Acesso em: 24 mar.2015.

_____. Ministério da Educação. **Projeto Lei da Câmara 13.005/2014**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2014/Lei/L13005.htm >.Acesso em: 24 de mar. 2015.

_____. **Conhecendo as 20 Metas do Plano Nacional de Educação**. Brasília: SASE/MEC, 2013.

CONAE 2010. **Documento-Referência**. Brasília: Ministério da Educação/Secretaria Executiva Adjunta, 2010.

GALIAN, Cláudia Valentina Assumpção, &SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira. **Educação em Tempo Integral**: implicações para o currículo da escola básica. Disponível em: http://ead.sec.ba.gov.br/proam/login/index.php. Acesso em: 10 abr.2015.

TORO, José Bernardo; WERNECK, Nísia Maria Duarte. **Mobilização social**: um modo de construir a democracia e a participação. Belo Horizonte: Autêntica, 2007.

Este documento foi assinado digitalmente por SERASA Experian
4476D7E2364B09DB18E3DC70C4F3A8FB